



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Biografias e Discursos dos Presidentes

1982 - 2023

Biografias e Discursos dos Presidentes

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PRESIDENTE

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Alexandre Miguel

MEMBROS

Juiz Marcelo Stival

Juiz Francisco Borges Ferreira Neto

Juiz Edson Bernardo Andrade Reis Neto

Juiz João Luiz Rolim Sampaio

Juiz Clênio Amorim Corrêa

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Bruno Rodrigues Chaves

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Biografias e Discursos dos Presidentes.
Porto Velho. Disponível em <https://www.tre-ro.jus.br.2021>.

123p il.

1. Biografias 2. Discursos. 3. Presidentes. 4. TRE/RO.

I. Título

CDU:929.82-94

Apresentação

Nos últimos anos o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tem implementado várias ações voltadas à preservação da Memória Eleitoral e à disponibilização do material de conteúdo histórico ao cidadão.

A história deste tribunal começou em 1982, momento em que órgãos públicos e toda a rede de serviços privados funcionavam em instalações precárias, as rodovias eram, em grande parte, intransitáveis e conflitos agrários exigiam visão estratégica e uma atuação técnica e enérgica dos magistrados que se puseram a desbravar estas terras.

Embora a função precípua do Poder Judiciário seja decidir e com isso resolver conflitos, à Justiça Eleitoral cabe também administrar o processo de escolha dos chefes do Poder Executivo e dos membros do Legislativo e, além disso, travar um diálogo permanente com a sociedade, como forma de garantir que o cidadão disfrute na plenitude das possibilidades que este tão nobre termo lhe confere.

Participar das decisões mais importantes para o país ou mesmo para longínquos rincões, com necessidades e realidades específicas, requer não apenas o exercício formal desse direito, mas que a prática seja acompanhada da compreensão do seu poder transformador.

A cada biênio os dirigentes empossados renovavam o compromisso de seguir com vigor a estruturação material de suas unidades, para dotá-las de todo o aparato necessário à prestação de um serviço de excelência à população.

Mereceu igual atenção o desafio de dar efetividade às inovações legislativas que, ano após ano, traduziram o anseio coletivo por um processo eleitoral mais justo, em que o poder econômico dos candidatos não seja um fator determinante para o sucesso nas urnas e, em contrapartida, estejam as atenções do eleitor voltadas para o histórico de vida e para a consistência das propostas apresentadas.

Em cada década de sua curta existência o tribunal promoveu realizações impactantes e os ciclos de evolução pelos quais passou a Justiça Eleitoral puderam ser sentidos por toda a população rondoniense, razão pela qual para melhor compreensão da história deste tribunal o presente livro divide-se em três fases: 1982 a 1998; 1998 a 2009 e 2010 a 2020.

No início dos anos oitenta a Justiça Eleitoral em Rondônia não contava com prédios nem quadro de pessoal próprios. Ambos eram cedidos por outros órgãos públicos, cujos integrantes, numa comunhão de esforços, construíram o alicerce sobre o qual se sustenta este tribunal. Os primeiros servidores efetivos, em número ainda diminuto, tomaram posse em 1985.

A década de noventa foi marcada pela ampliação da força de trabalho especializada, com sucessivos concursos públicos e o provimento de cargos técnicos de diversas especialidades, tendo igual destaque a construção do edifício-sede do TRE/RO. A obra iniciou em 1997 na gestão do Desembargador Renato Mimessi e foi inaugurada em 1º/12/1999 pelo então Presidente Antônio Cândido de Oliveira. Nesse mesmo período estava em curso um acelerado processo de informatização da Justiça Eleitoral, coroado com o uso das primeiras urnas eletrônicas em 1996. Inicialmente, a inovação tecnológica foi empregada apenas na capital, mas nas eleições seguintes seu uso estendeu-se aos demais municípios, revolucionando a apuração das eleições, que passou a ser mais célere e confiável.

Nos anos 2000 o processo de estruturação voltou-se inicialmente para as zonas eleitorais, que passaram a possuir, cada uma, dois servidores efetivos e funcionar em prédio próprio. Com isso projetos mais ousados como a identificação biométrica de eleitores puderam ser implementados. Juntamente com os municípios de São João Batista-SC e Fátima do Sul-MS, Colorado do Oeste-RO foi escolhido para testar a inovação. O êxito alcançado resultou na extensão do programa de cadastramento biométrico a todo o país. Em 2019 o eleitorado de Rondônia já se encontrava 100% (cem por cento) cadastrado.

Programas como o “Eleitor do Futuro” e a “Patrulha Eleitoral” aproximaram o público jovem do processo democrático, instruindo-o acerca da importância de se escolher políticos probos e cumpridores da legislação eleitoral, bem como de entender as funções constitucionais de cada um dos três poderes e acompanhar suas ações.

Quanto à atividade jurisdicional, a Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, foi um marco a partir do qual a sociedade passou acompanhar mais de perto as decisões do tribunal e um instrumento efetivo para impedir que tenham deferido o pedido de registro de candidatura políticos sobre os quais pesem condenações, com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por abuso do poder econômico ou político, além de um extenso rol de crimes.

A partir daí o uso de recursos eletrônicos ganhou maior relevo, ampliando a transparência do processo eleitoral a exemplo do sistema divulgacand, rebatizado posteriormente como divulgacandcontas e em cuja versão atual qualquer cidadão pode ter uma visão detalhada a respeito de um candidato. Informações pessoais, do processo de registro de candidatura, fontes de arrecadação de recursos de campanha, destinação dos gastos, tudo pode ser acompanhado com riqueza de detalhes.

Processos administrativos e judiciais também utilizam sistemas informatizados que permitem tramitação rápida, maior transparência, controle social e racionalização dos recursos orçamentários e naturais, conforme preconiza a Resolução CNJ nº 201/2015. O exemplo maior é o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que, implantado na secretaria do

tribunal em 2017, chegou às zonas eleitorais em 2019 e concentrou todos os processos relativos às Eleições 2020, aposentando de vez os processos físicos.

Vê-se, portanto, que, para construir sua história, o TRE/RO caminhou a passos firmes e em ritmo intenso, abraçando a luta de um povo e com ele cerrando fileiras na árdua missão de dar ao Estado de Rondônia o porte e a solidez que hoje ostenta.

Revisitar esses registros é inspirador e ao mesmo tempo um alerta para o tamanho da responsabilidade assumida por todos os que atuam para que a democracia seja sempre o instrumento para a solução dos problemas que atingem a sociedade.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Presidente do TRE-RO

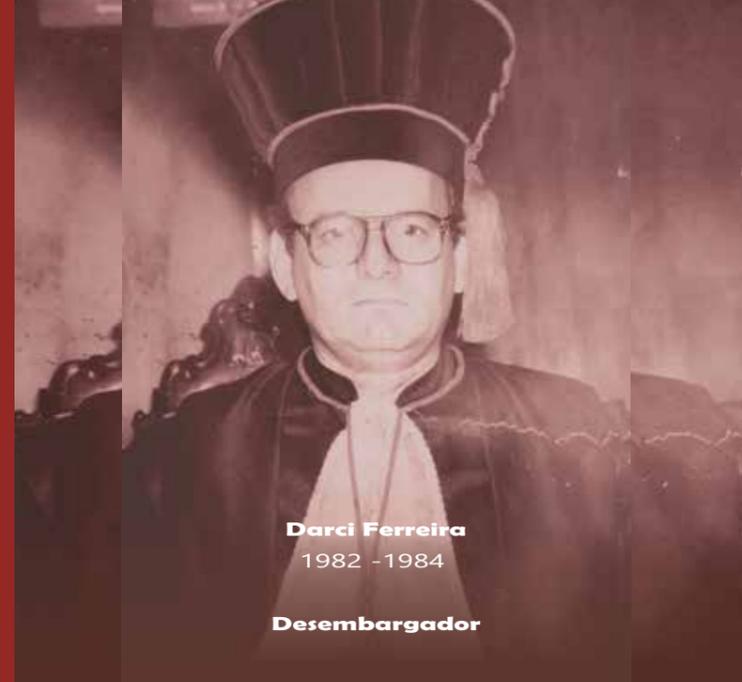
SUMÁRIO

Apresentação	05
Galeria dos Presidentes 1982-1998	10
Biografia - Darci Ferreira	12
Biografia - Eurico Montenegro Júnior	14
Biografia - Dimas Ribeiro da Fonseca	16
Biografia - Hércules José do Vale	18
Biografia - Lourival Mendes de Souza	20
Biografia - Renato Martins Mimessi	22
Galeria dos Presidentes 1998-2009	24
Biografia - Antônio Cândido de Oliveira	26
Discurso de Inauguração da Sede do Tribunal Regional Eleitoral	28
Biografia - Sebastião Teixeira Chaves	36
Biografia - Valter de Oliveira	38
Discurso de Posse - Valter de Oliveira	40
Biografia - Eliseu Fernandes de Souza	46
Biografia - Gabriel Marques de Carvalho	48
Extrato do Discurso de Posse - Gabriel Marques de Carvalho	50
Biografia - Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	52
Extrato do Discurso de Posse - Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	54
Galeria dos Presidentes 2010-2021	56
Biografia - Zelite Andrade Carneiro	58
Discurso de Posse - Zelite Andrade Carneiro	60
Biografia - Ivanira Feitosa Borges	64
Discurso de Posse - Ivanira Feitosa Borges	66
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2012 - Ivanira Feitosa Borges.....	70
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2013 - Ivanira Feitosa Borges.....	72
Biografia - Péricles Moreira Chagas	76
Discurso de Posse - Péricles Moreira Chagas	78
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2014 - Péricles Moreira Chagas	82
Biografia - Rowilson Teixeira	86
Discurso de Posse - Rowilson Teixeira	88
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2017 - Rowilson Teixeira	92
Biografia - Sansão Saldanha	96
Discurso de Posse - Sansão Saldanha	98
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2018 - Sansão Saldanha	102
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2019 - Sansão Saldanha	106
Biografia - Marcos Alaor Diniz Grangeia	110
Discurso de Posse - Marcos Alaor Diniz Grangeia	112
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2020 - Marcos Alaor Diniz Grangeia	118
Discurso de Abertura do Ano Judiciário 2021 - Marcos Alaor Diniz Grangeia	120
Discurso de Posse - Paulo Kiyochi Mori	124

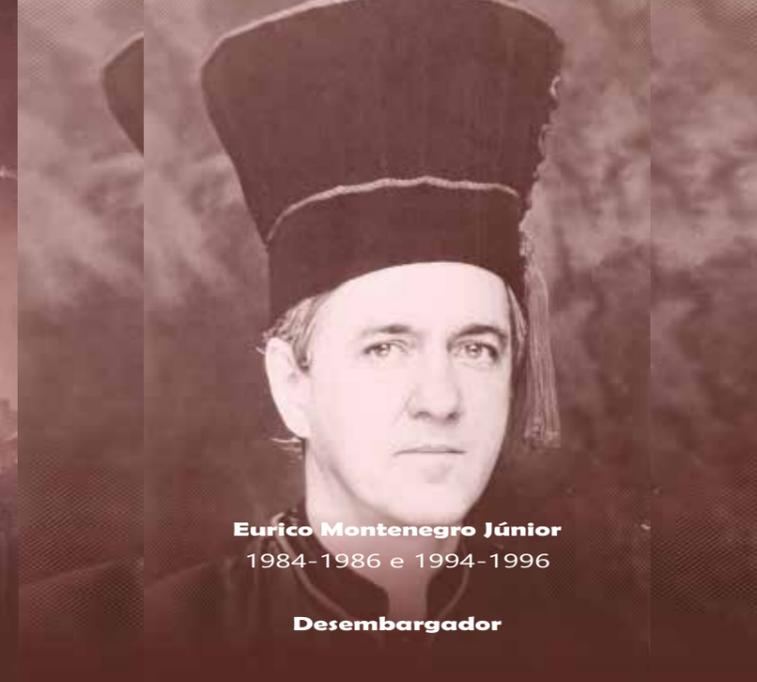


GALERIA DOS PRESIDENTES

1982
1998



Darci Ferreira
1982 -1984
Desembargador



Eurico Montenegro Júnior
1984-1986 e 1994-1996
Desembargador



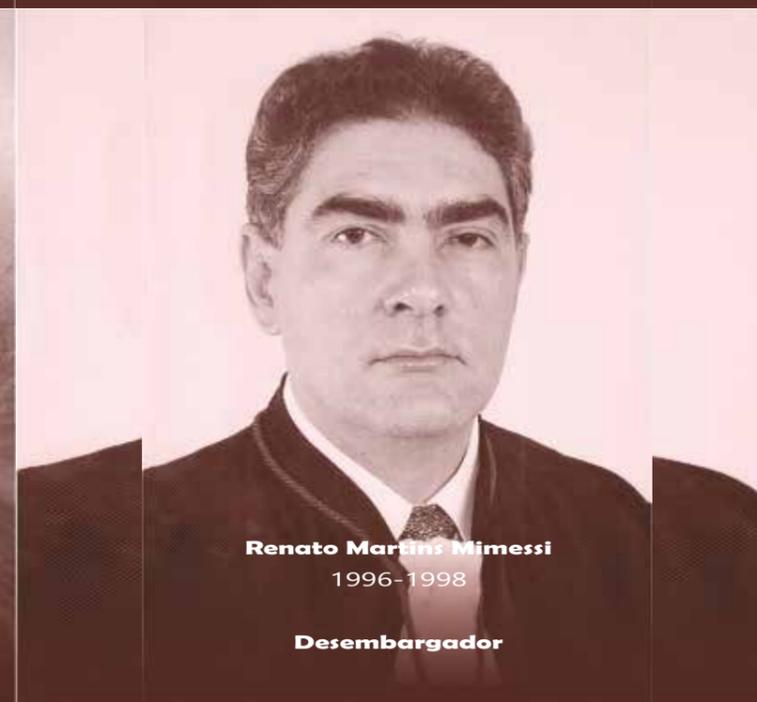
Dimas Ribeiro da Fonseca
1986-1988
Desembargador



Hércules José do Vale
1988-1990
Desembargador



Lourival Mendes de Souza
1990-1992 e 1992-1994
Desembargador



Renato Martins Mimesi
1996-1998
Desembargador

Darci Ferreira

Desembargador | 1982-1984

Nascido em Palestina/SP no dia 29 de agosto de 1940. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Distrito Federal/DF em 1974. Exerceu a advocacia na cidade de Brasília e posteriormente veio para o então Território de Rondônia em 1978, como Juiz de Direito na Comarca de Guajará-Mirim, tendo participado do processo de instalação das comarcas do interior do Estado de Rondônia ao longo da BR-364.

Foi nomeado Desembargador pelo Decreto nº 003, de 25/01/1983, conforme Lei Complementar nº 41 de 22/12/1981. Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia no biênio 1986-1988. Sob sua presidência, foi instalada a 1ª Assembléia Constituinte do Estado de Rondônia.

Tomou posse como o primeiro Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conduzindo o processo eleitoral no ano de 1982.

Aposentado desde 1987, faleceu na cidade de Brasília/DF, em 2012.



BIOGRAFIA

Eurico Montenegro Júnior

Desembargador | 1984-1986 e 1994-1996

Nascido em Natal/RN no dia 13 de fevereiro de 1946. Graduado em Sociologia e Política pela Fundação José Augusto do Rio Grande do Norte (1971) e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1972), é pós-graduado em Direito Público pela Fundação RIOMAR em convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais (1998).

Ingressou na Magistratura através de Concurso Público promovido pelo TJ/DF e Territórios, sendo nomeado Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, 3ª Entrância em 1982. Foi promovido ao cargo de Desembargador do TJ/RO pelo critério de antiguidade em 1983.

Foi Corregedor-Geral de Justiça no biênio 1996-1998, fundador e primeiro Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, exercendo sua direção desde a sua criação em 1986 até 1992.

Foi Presidente da Associação dos Magistrados de Rondônia - AMERON nos biênios 1999-2001 e 2001-2003. Possui ainda o título de Cidadão Honorário de Porto Velho.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia nos biênios 1984-1986 e 1994-1996.

BIOGRAFIA

Dimas Ribeiro da Fonseca

Desembargador | 1986-1988

Nascido em Guadalupe/PI no dia 25 de março de 1931. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1956. Foi Promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais e membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) no período de 1967 a 1982. Exonerou-se do cargo de Procurador-Geral de Justiça em 18/03/1982, quando foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO) e, no exercício desta função, respondeu interinamente pelo cargo de Governador do Estado.

Recebeu os títulos de Cidadão Honorário do Município de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Publicou, entre outras obras, os livros: "Discursos & Outras Contravenções Literárias", "Minha Vida em Quatro Estações", "Entre o Peso da Toga e o Canto da Lira". Foi professor da Universidade Federal de Rondônia e da Universidade Federal de Brasília.

Integrante das academias de letras dos Estados de Rondônia, Minas Gerais e do Distrito Federal. No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor no biênio 1983-1985 e de Presidente no biênio 1986-1988.



BIOGRAFIA

Hércules José do Vale

Desembargador | 1988-1990

Nascido em Joinville/SC no dia 15 de março de 1941. Bacharel em Direito pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Delegado de Polícia do Distrito Federal, onde chefiou o Serviço Disciplinar da Polícia Federal, Secretaria Fazendária e Delegacia de Repressão a Entorpecentes.

Ingressou no Ministério Público do Distrito Federal (1980), onde foi Promotor na Vara de Delitos de Trânsito, na Vara do Júri e no Plenário do Tribunal do Júri. Classificou-se em terceiro lugar no Concurso Público para ingresso na Carreira da Magistratura.

Em 26/07/1982 tomou posse no cargo de Juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Foi seu primeiro Juiz Auditor Militar, cumulando o cargo de Juiz da 2ª Zona Eleitoral – Porto Velho no período de 1982-1983. Foi promovido a Desembargador em 1983 pelo critério de merecimento.

Foi Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral de Rondônia no biênio de 1986-1988 e tomou posse como Presidente no biênio seguinte.

Foi professor de Introdução ao Estudo do Direito da primeira turma do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia. Era Presidente da Câmara Criminal quando se aposentou em abril de 1992.

BIOGRAFIA

Lourival Mendes de Souza

Desembargador | 1990-1992 e 1992-1994

Nascido em Santo Antônio da Platina/PR no dia 15 de outubro de 1937. Foi Oficial do Exército, posto de 2º Tenente da Arma de Infantaria. Tornou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1961, exercendo a advocacia por 20 anos em Cianorte/PR.

Foi professor de Português, Organização Social e Política e Estudos Sociais na Escola Normal Cândido Portinari em Cianorte/PR entre 1964 e 1967. Foi aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia, assumindo como Juiz da Vara de Família em 1982. Juiz Eleitoral na 2ª Zona no período de 1983-1984. Removido para a 1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões em 1985.

Foi nomeado Desembargador, por merecimento, em 1987 e ocupou o cargo de Corregedor-Geral de Justiça no biênio 1988-1990.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia nos biênios 1990-1992 e 1992-1994.

Aposentado desde 1994, faleceu na cidade de Curitiba/PR no ano de 1998.



BIOGRAFIA

Renato Martins Mimessi

Desembargador | 1996-1998

Nascido em Assis/SP no dia 18 de junho de 1956. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Marília em 1978. Exerceu a advocacia na Comarca de Assis/SP de 1979 a 1982.

Foi aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia, sendo nomeado para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cacoal, 2ª Entrância em 1982, Juiz Eleitoral da 11ª Zona Eleitoral nesse mesmo ano, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho entre 1983 e 1991, Juiz Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral em 1985-1987, Juiz Membro da Corte Eleitoral no biênio 1987-1989, Juiz Corregedor de Serviços Auxiliares da Corregedoria-Geral em 1988, Diretor do Fórum de Porto Velho em 1991 e Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, Falências Concordatas entre 1991 e 1992.

Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 1994-1995 e Presidente no biênio 2000-2001.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 1996-1998, período em que atuou como Vice-Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil.



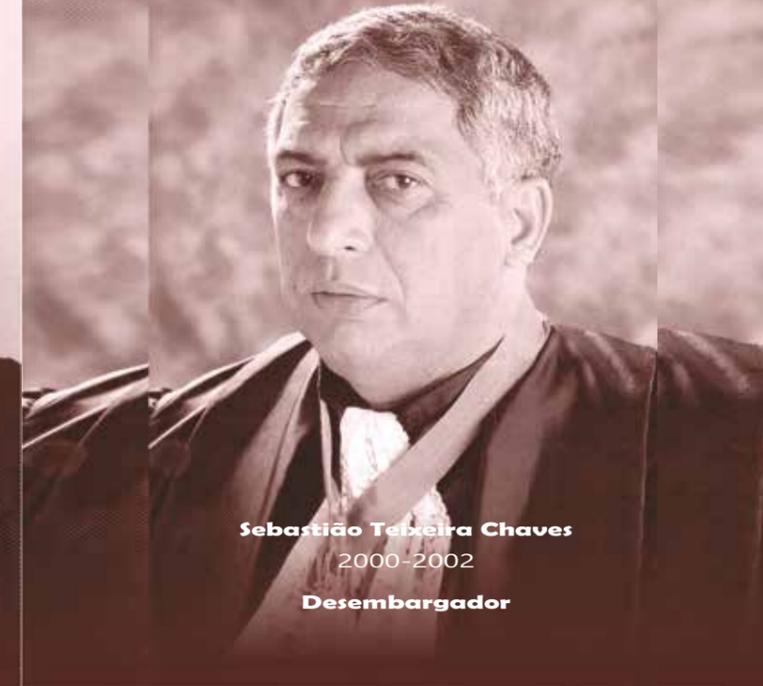
BIOGRAFIA

GALERIA DOS
PRESIDENTES

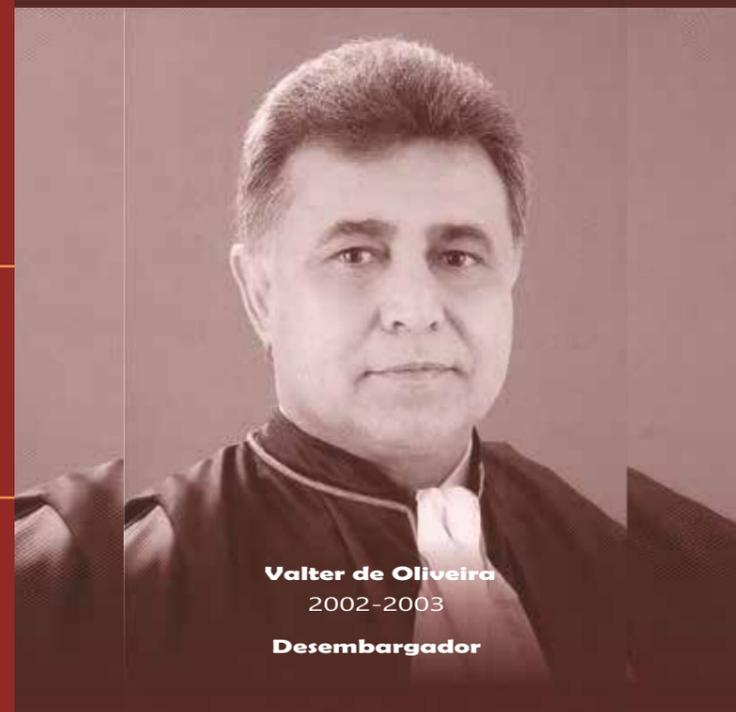
1998
2009



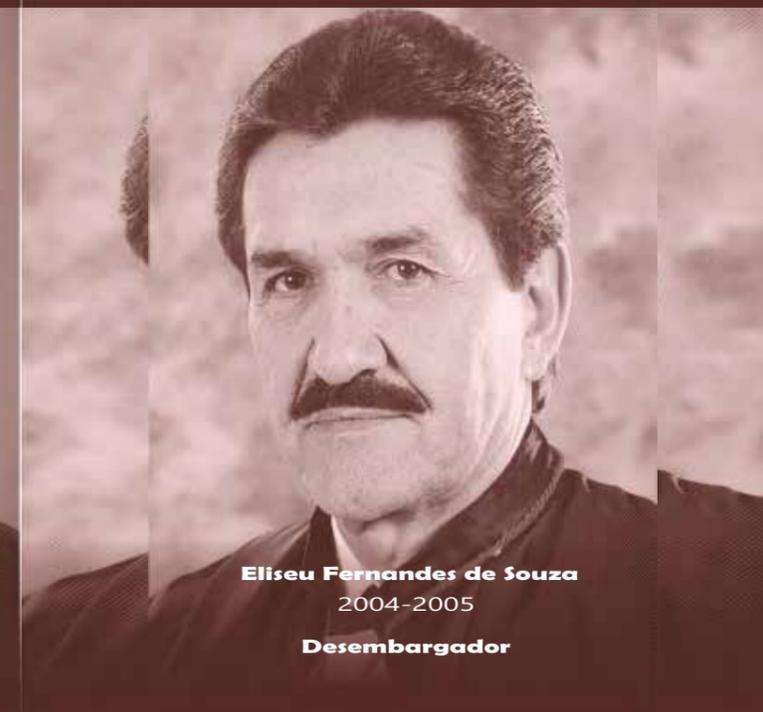
Antônio Cândido de Oliveira
1998-2000
Desembargador



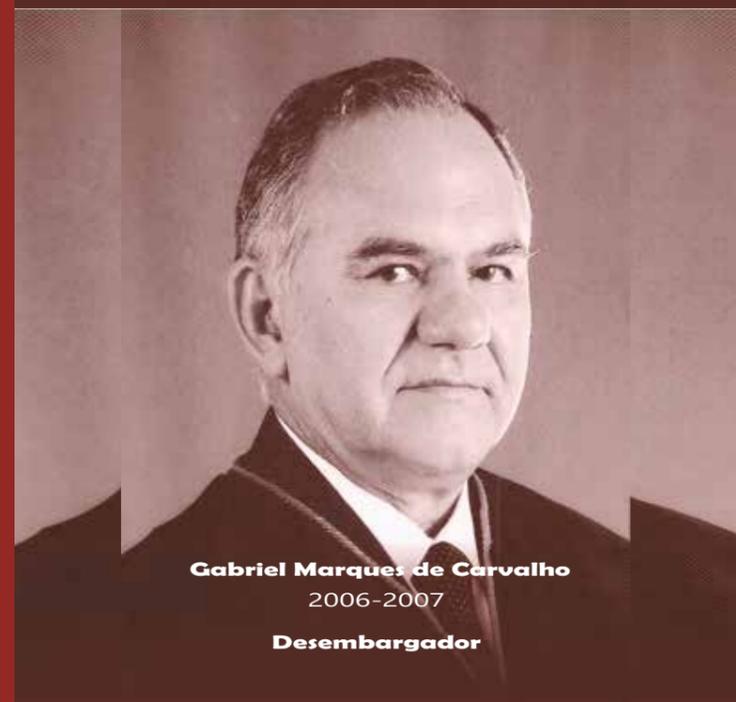
Sebastião Teixeira Chaves
2000-2002
Desembargador



Valter de Oliveira
2002-2003
Desembargador



Eliseu Fernandes de Souza
2004-2005
Desembargador



Gabriel Marques de Carvalho
2006-2007
Desembargador



Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
2008-2009
Desembargador

Antônio Cândido de Oliveira

Desembargador | 1998-2000

Nascido em Primeiro de Maio/PR no dia 20 de maio de 1949. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Presidente Prudente/SP. Exerceu a advocacia na cidade de São Paulo e também na cidade de Assis/SP.

Aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia em 1982, foi nomeado primeiro Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri, 3ª Entrância, bem como Juiz Eleitoral da 6ª Zona da Capital. Foi Juiz Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em 1983-1985.

Foi professor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, Universidade Federal de Rondônia - UNIR e na Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia - FARO.

Atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral em várias administrações. Foi promovido a Desembargador em 7 de maio de 1990. Foi eleito Corregedor-Geral de Justiça no biênio 1992-1994. Foi eleito Presidente do TJ/RO no biênio 1996-1998. Integrou a Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 1998-2000. Atualmente é Desembargador aposentado.

BIOGRAFIA

DISCURSO DE
INAUGURAÇÃO DA SEDE DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Antônio Cândido de Oliveira

Desembargador | 1998-2000

Na dinâmica dos atos desta inauguração, pela ordem, a seguir às nossas considerações, teremos a implementação da Galeria de Ex Presidentes da Corte, distribuição de singelo caderno histórico também da Corte Eleitoral e, ao final, sugestivo coquetel.

Iniciando nossas considerações, cumprimentamos o Exmo. Vice-Governador, Sr. Miguel de Souza, em nome de quem cumprimentamos todas as autoridades Federais, Estaduais e Municipais, integrantes do Poder Executivo.

Cumprimentamos, igualmente, todos os integrantes do Poder Legislativo, valendo-me do nome do Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silvernani Santos.

Em nome do Exmo. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, cumprimentamos também todos os magistrados, membros do Ministério Público, advogados, membros da família forense e todas as demais autoridades civis e militares, como também eclesiásticas, aqui presentes ou representadas. Senhoras e Senhores que também cumprimentamos, desde logo nossos agradecimentos pela presença neste ato solene.

A inauguração da Sede Própria do Tribunal Regional Eleitoral traduz efeitos transcendentais, marcando a história com tintas indeléveis. Proporciona inescandível alegria de todos quantos passarão a desfrutar desta nova sede da egrégia Corte Regional Eleitoral.

“Mutatis mutantis” equivale imaginar a satisfação do cidadão que consegue a tão sonhada casa própria. Por certo, ganha o Estado, o Judiciário e o povo, razão maior da existência do Judiciário, além de magistrados, servidores, advogados, demais segmentos forenses e os políticos.

Trata-se de prédio de longa data planejado e cuja conquista que hoje se concretiza, passara por caminhos estreitos e difíceis, aliás, alguns quase intransponíveis. Não fora a ausência de recursos financeiros, esses oriundos exclusivamente da União, porém a situação de crise econômica financeira que assola o país, atingindo de forma global a construtora que ganhara a concorrência pública. Chegamos ao fim, e aqui estamos, graças aos brios e noção de interesse público dos ilustres diretores da Construtora Encon, como também de todo o corpo administrativo do TRE.

Destacamos referência ao Diretor da ENCON, Dr. Edmilson Fortes Barreto, por sua singular paciência e sensibilidade administrativa, que se estende ao Engenheiro-Chefe, Dr. Daniel Pereira, em nome dos quais cumprimentamos todo o corpo operacional da Construtora ENCON.

Destacamos também a incansável atuação do Dr. Hedson Tatibana, ilustre Diretor-Geral do TRE, batalhador dedicado na jornada de construção da sede própria.

Louvamos ainda, o desempenho corajoso e eficiente do Des. Eurico Montenegro Júnior, Presidente por duas vezes desta egrégia Corte Regional eleitoral e que, consabidamente empreendera passos largos e efetivos na caminhada de obtenção do terreno a este prédio e projetos da obra.

O prédio iniciou-se no biênio da administração anterior, com planejamento, segurança e competência, marcas peculiares do eminente Desembargador Renato Martins Mimessi, nosso antecessor.

Também louvo e agradeço a decisiva colaboração do Excelentíssimo atual Vice-Presidente deste Regional, Desembargador Gabriel Marques de Carvalho, sem esquecer idêntica colaboração de todos os eminentes membros da egrégia Corte Eleitoral local, ex-membros, representantes do Ministério Público Federal e Estadual como também Juízes Eleitorais, servidores e todos os demais segmentos que direta ou indiretamente participaram da empreitada que hoje se inaugura.

Para nós da Justiça Eleitoral, a inauguração da nova sede, em prédio próprio, representa conquista maravilhosa e que redundará em imensurável satisfação, inclusive pelo aspecto do dever cumprido para este Presidente, que está tendo a honra de conduzir a presente inauguração.

Antecipamos esta inauguração para este ano, quando poderíamos adiá-la para o mês de fevereiro vindouro. Ainda faltam no prédio pequenos detalhes de acabamento e quase a totalidade dos móveis. Mas o interesse público, este consistente, dentre outros aspectos, em deixar de pagar pouco mais de R\$ 10.000,00 de aluguel mensal, já seria suficiente.

Até pela própria legislação, a Justiça Eleitoral deve contar com o apoio não só dos Municípios, como também do Estado (Poder Executivo). Agradeço, nesta oportunidade, especial boa vontade em colaborar com parte das despesas desta inauguração, prontamente atendidas pelo Gabinete da Governadoria e, notadamente, pelo Excelentíssimo Governador, Dr. José de Abreu Bianco.

Se por um lado temos a alegria pela inauguração da nova sede, prédio, vale dizer, simples, mas inegavelmente funcional, de construção econômica, amplo e acolhedor, além do embelezamento do logradouro em que situado, por outro, é importante que não se esqueça de cotejar o momento vivido em nosso País, e no nosso

Estado, diga-se de passagem, com muitas turbulências e preocupações, no compasso de que, às vezes, em todos os escalões da população brasileira assaltam dúvidas se teremos um final feliz. São tantas as mazelas que, apesar de conhecidas, ao que parece, quem pode, não quer resolvê-las ou então, está faltando patriotismo, solidariedade ou cota mínima de humanismo. O Poder Legislativo, por seus parlamentares, não consegue, ao que parece, cumprir sua imprescindível tarefa, no caso, legislar em favor do povo. Emerge que o Legislativo não consegue, por mais que tente, produzir resultados objetivos, no caso, empreender as reformas constitucionais e até mesmo outras legislações. No momento não existe regulamentação ou mesmo normas satisfatórias à Previdência Social, a questão dos plebiscitos para a criação de Municípios, Ordenamento Administrativo, pendência dos precatórios judiciais e até mesmo a propalada reforma política, com legislação permanente e ainda, a necessária reforma Tributária.

Há um sintoma indesejável e promíscuo de que tudo navega ao sabor de interesses, segundo a potencialidade de poder e/ou aspirações, e, não raramente, contrariando o interesse público ou da população.

Na esfera do Poder Executivo, no âmbito Federal e também no Estadual, permanecem questionamentos latentes e sem respostas, como por exemplo, o ajuste e/ou corte de despesas da máquina administrativa, implementação de política agrícola e projetos de desenvolvimento em todos os setores. Naturalmente que essa aparente inércia do Executivo tem determinado o estrangulamento do funcionalismo público, aliás, nos dias atuais sem perspectivas de dias melhores. No caso do nosso Estado de Rondônia, desde administrações anteriores, como um mal terrível dentre outras mazelas, a ausência de pagamento em dia dos servidores, em especial, estando próximo de acumular o segundo 13º que permanece em débito.

No tocante ao Poder Judiciário, igualmente não escapa de merecer reparos. Ao longo da história, a Justiça permanecera encastelada, não dando conta de como opera, sobre os passos da sua existência e importância de sua atuação em favor da população, sem esquecer que em razão da inércia das Corregedorias-Gerais, órgãos dos Tribunais encarregados da fiscalização e eventuais punições, dentre outros órgãos, em grande parte são os responsáveis pelas mazelas hoje conhecidas e repisadas pela mídia e também por CPI's.

Nesses dias que se avizinham do ano 2000, ocorrem episódios insustentáveis e as vezes incompreensíveis:

Como tolerar as denúncias de superfaturamento no orçamento de prédios públicos e apropriação de dinheiro por Tribunais, envolvendo magistrados e até um Senador da República, até agora sem esperança de punição?

Como entender, também, a pretensão e proposta de legislação que objetiva a ANISTIA aos parlamentares punidos ou multados por propagandas irregulares

nas eleições de 1998, sem qualquer razão plausível?

Como assimilar que o Executivo Estadual deixe de quitar até então o 13º salário dos servidores públicos, referente ao ano de 98, porém continue mantendo a construção de prédio público grandioso, no caso, na vizinhança do TC local, aliás, já em fase de acabamento? Como aceitar silenciosamente a incongruência do Executivo Estadual de apregoar necessidade de reduzir despesas com servidores públicos, se convive e nada faz relativamente a determinada categoria de agentes, no caso, com lei que fixa subsídios em patamares olímpicos, em discrepância com piso constitucional estabelecido aos demais?

Como conviver e explicar a Lei Federal da gratuidade geral aos atos do registro civil, tratando-se de serviço privado, sem apontar a quem compete o custeamento das despesas, partindo da premissa de que ninguém está obrigado a trabalhar de graça?

Como permanecer calado quando propagam situações inverídicas, como de que o Judiciário Estadual teria recebido recente repasse de dinheiro abusivamente, se na realidade o repasse se dera por ordem judicial superior, no caso, idêntico ao que concretizado aos órgãos similares (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público) em razão de liminares concedidas há quase um ano pelo Tribunal de Justiça do Estado?

Retomando nossas considerações, queremos registrar que continuamos acreditando em dias melhores ao nosso povo, como também que continuamos com esperança de que os governantes atuais acertem o passo e reafirmamos nossa crença na Justiça, em especial, na do Estado de Rondônia.

O Magistrado Federal em Belo Horizonte-MG, Dr. Marcelo Dolzany da Costa, em artigo publicado recentemente no Jornal Correio Braziliense, com o título “A burrice do ‘juridiquês’”, faz conclusão de que nos iludimos que o mundo mudará ao som de nossas palavras, o qual, neste momento, peço vênias para reproduzi-lo:

“Convidado para uma cerimônia de formatura no Instituto Rio Branco, centro de excelência de nossa diplomacia, esperava mais uma das solenidades onde um infundável blablablá seria mero pretexto para aumentar a sede e a fome dos ouvintes. Mais tarde, frustrado - e também faminto - pela distribuição de uma prosaica água gelada em elegantes taças, pelo menos saí confortado com os discursos que ouvi.

O paraninfo lembrou que o grande funil em que se transformara o concurso para a carreira diplomática se explicava pela baixa aprovação nas provas de conhecimentos lingüísticos. Não se referia aos idiomas estrangeiros impostos nos programas; falava de nossa língua portuguesa, tão maltratada e desconhecida. “Aqui no Itamaraty não se fala itamaratês; fala-se o bom

português. Mesmo Guimarães Rosa, gênio das construções estilísticas mirabolantes, jamais permitiu que seus escritos de diplomata perdessem a objetividade e clareza que sempre pregamos a nossos alunos”, lembrou o orador.

Essa advertência soa familiar. Advogados, juízes, procuradores e serventuários acabamos criando um idioma paralelo à língua pátria. Escondemo-nos sob um palavrório dito rebuscado e acabamos num “juridiquês” tão vazio quanto inútil. Ensinaram-nos que “escrever bonito é usar palavras difíceis para impressionar”. Burrice pura.

A velha regra “mínimo de palavra com o máximo de informações” deve ser urgentemente aplicada. Já perceberam como tem gente escrevendo ruim nas petições, arrazoados, sentenças e acórdãos? Um certo desembargador não escondia o orgulho de escrever “a peça que dá sustentáculo ao ergastulamento” ao conceder habeas corpus. Será que ele já tinha ouvido falar em pedido de prisão preventiva?

Em plena ditadura, presidia o STF o ministro Victor Nunes Leal, imortalizado mais por ter lançado a toga ao chão no dia em que o AI-5 o atingira do que por ter sumulado a jurisprudência do STF. O ministro também não escondia seu amor pela objetividade e pela clareza da linguagem. Durante o julgamento de um recurso extraordinário, ouvia atentamente um colega seu no relatório. Alternavam-se várias expressões para nominar o recurso. Ora se dizia “apelo raro”, ora “irresignação extrema”, sem falar no “recurso constitucional”, “súplica derradeira” e “arguição última”. Aborrecido de tantos gongorismos, Nunes Leal interpelou o colega:

- V. Exª poderia me esclarecer se esse tal de “apelo raro”, “súplica extrema”, “recurso constitucional” e outras denominações é o mesmo recurso extraordinário de que fala nossa Constituição?

Sim, é o mesmo recurso extraordinário - consentiu o relator.

- Pois então, Excelência, diga: recurso extraordinário. Está lá na Constituição! Não fique inventando nome para quem já foi batizado!

E assim se multiplicam os exemplos no nosso dia-a-dia. Acabei de ler um “peço vênias para informar ao douto juízo de V. Exª”. Afinal de contas, o que quer dizer mesmo o tal de “vistos etc.”? E por que tanta tinta para o “hei por bem condenar (ou absolver), como agora o faço” em vez de “condeno” ou “absolvo”? Nem falo das fórmulas “faz saber”, “que outro tanto fará quando deprecado for”, “especial mercê de V. Exª”...

Um outro desembargador lançou a seus pares um desafio. Alfinetou:

- Pouco se me dá que a onagra claudique. O que me apraz, com efeito, é poder acicatá-la!

Todos concordaram e resolveram decretar ponto facultativo no expediente forense. Talvez nem tenham compreendido a frase, que em bom português seria: “Não estou nem aí que a mula manque; o que eu quero é rosetar!”

Os casos citados apontam em sua comicidade que “difícil não é escrever difícil; difícil é escrever fácil”.

Essa mania de “escrever difícil” acaba contaminando até nossas atitudes fora do “juridiquês”. Na próxima vez que o leitor assistir a uma conferência jurídica, perceba o comportamento do orador. Advogado, juiz ou promotor, todos, com raríssimas exceções, descumpriam o tempo estabelecido. Se o conferencista dispuser de 50 minutos para sua exposição, cansará a todos com mais meia hora de referências inúteis a pessoas da mesa, depois de agradecer o convite, dizer que o tema é complicado e não estava à altura de seus “modestos conhecimentos”. Com certeza, ao final, dirá, com deslavados cinismos: “tinha ainda muito o que falar, mas deixarei para os debates”.

E assim nos iludimos que o mundo mudará ao som de nossas palavras.

Agora mesmo vejo que excedi em exatos 22 toques o espaço que me foi dado...”.

Portanto, ao contrário de imaginar que o mundo mudará ao som de nossas palavras, ainda que louvando a inteligência do artigo mostrado, ao menos fica aqui o esforço de se sair do encastelamento e quiçá para que sirva de alerta contra as apontadas distorções, imoralidades e ações criminosas que tanto atingem interesses públicos e o já tão espoliado tesouro oficial, residindo nisso, com a máxima vênua, motivação importante para se distanciar momentaneamente das diretrizes básicas deste ato solene e festivo.

Dentre os desacertos que atingem a Nação, os mais fáceis de serem corrigidos, com certeza, estão no Judiciário, aliás, um pouco ingênuo no enfrentamento do contexto nebuloso. Costumo dizer que o Judiciário não faz milagres e enquanto atividade humana, atua dentro de limites, estes, definidos na legislação. Por exemplo, se alguém empresta dinheiro para um mau pagador que não tenha patrimônio para responder pelo débito, inexistirá remédio à ingenuidade do credor. O Judiciário dirime conflitos, porém, nem tudo pode resolver. Por outro lado, o Judiciário padece do grande mal que é a escassez de recursos financeiros, pois, não concebido pelos Governantes como prioridade no momento em que vivemos. Por certo que, havendo estrutura e meios e não haveria morosidade de até dois anos à distribuição de processos, como ocorre no Sul do País. A continuar no ritmo vivido, cada vez diminuindo mais a existência de recursos ao Judiciário, mesmo no caso de Rondônia que hoje oferece excelente prestação jurisdicional, se fazendo presente em todos os recantos do Estado

e com atuação exemplar, por certo, em curto tempo ocorrerá esfacelamento e deterioração de relevantes conquistas já implementadas.

Especificamente no campo da Justiça Eleitoral, segmento dos mais eficientes do Judiciário, inexplicavelmente, a título de reforma, se propala a mudança na composição dos órgãos da Justiça Eleitoral e até na extinção do pagamento de gratificação correspondente à acumulação realizada pelos Juizes Eleitorais.

Não poderão os políticos, em especial, deduzir qualquer reclamação por eventual ineficiência da Justiça Eleitoral, caso se concretize as mutilações ou alterações referidas, como também caso não defendam a total informatização da Justiça Eleitoral com os recursos financeiros pertinentes, já para as eleições Municipais do ano 2000. Tanto na Justiça Eleitoral, como na Justiça Comum, em não havendo meios e os recursos financeiros necessários, não se pode pretender, depois, que o Judiciário opere milagres, como por exemplo, estar presente em todas as Comarcas, deter eficiência e presteza, se não dispuser de recursos humanos e aparelhamento, neste campo tendo como imprescindível a total informatização, ou ainda, que se pretenda que a Justiça Eleitoral venha a coibir fraudes, como a compra de votos, caso não disponha da atuação efetiva da competente Polícia Federal, esta com número suficiente de agentes e recursos pertinentes. Cabe, decididamente, a conscientização de que sem recursos financeiros e os meios adequados, certamente, não haverá o exercício da democracia e nem atuação satisfatória do Judiciário. Também vale a conscientização de que a defesa do Judiciário deve ser feita não só pela magistratura e/ou magistrados, mas por todos que não duvidem de que imprescindível a atuação do Judiciário na proteção da pessoa humana.

Vale lembrar as palavras do eminente Ministro Milton Pereira, do STJ: “**Os insensatos não percebem que desacreditando o Judiciário, quando procurarem a Justiça, verificarão que o seu direito, apesar de reconhecido, não terá tribunal forte para realizá-lo**”.

Pelo apoio durante nossa gestão frente ao TRE, nossos agradecimentos à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Rondônia, na pessoa de seu ilustre presidente, Dr. Hiran Marques. Ao egrégio Tribunal de Justiça, através de seu eminente presidente, Desembargador Eliseu Fernandes de Souza. Familiares e amigos, e, à Deus, nosso Pai, que nos permitiu vida e saúde.

Já concluindo e por oportuno, a par de efusivos agradecimentos pela presença nesta inauguração, em nome da Justiça Eleitoral, na passagem de 99/2000, desde logo, manifestamos a todos nossos votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo.

Tenho dito.

Sebastião Teixeira Chaves

Desembargador | 2000-2002

Nascido em Correntes/PE no dia 28 de janeiro de 1949. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente em 1974. Veio para o Território Federal de Rondônia no ano de 1977, onde ocupou diversos cargos, entre eles o de Delegado da Polinter, Diretor de Operações, chegando ao cargo de Diretor-Geral em 1982.

Aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Magistratura de Rondônia em 1982, foi nomeado Juiz de Direito da Vara Criminal de Guajará-Mirim em 1982. Em 1985 foi promovido para 3ª Entrância pelo critério de merecimento, onde ocupou o cargo de Juiz de Direito do antigo Juizado de Menores. Com a instalação da Vara de Entorpecentes passou a ser o seu titular, onde permaneceu até 1994.

Na Justiça Eleitoral atuou como Juiz da 1ª ZE - Guajará-Mirim no período de 1982 a 1983; Juiz da 5ª ZE - Costa Marques no período de 1983 a 1985; Juiz da 2ª ZE - Porto Velho no período de 1991-1993; Juiz membro da Corte em 1993.

Foi promovido a Desembargador em 31/05/1994, por antiguidade. Integrou a Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia e exerceu o cargo de Vice-Presidente no biênio 1998-2000.

Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2000-2002.

BIOGRAFIA

Valter de Oliveira

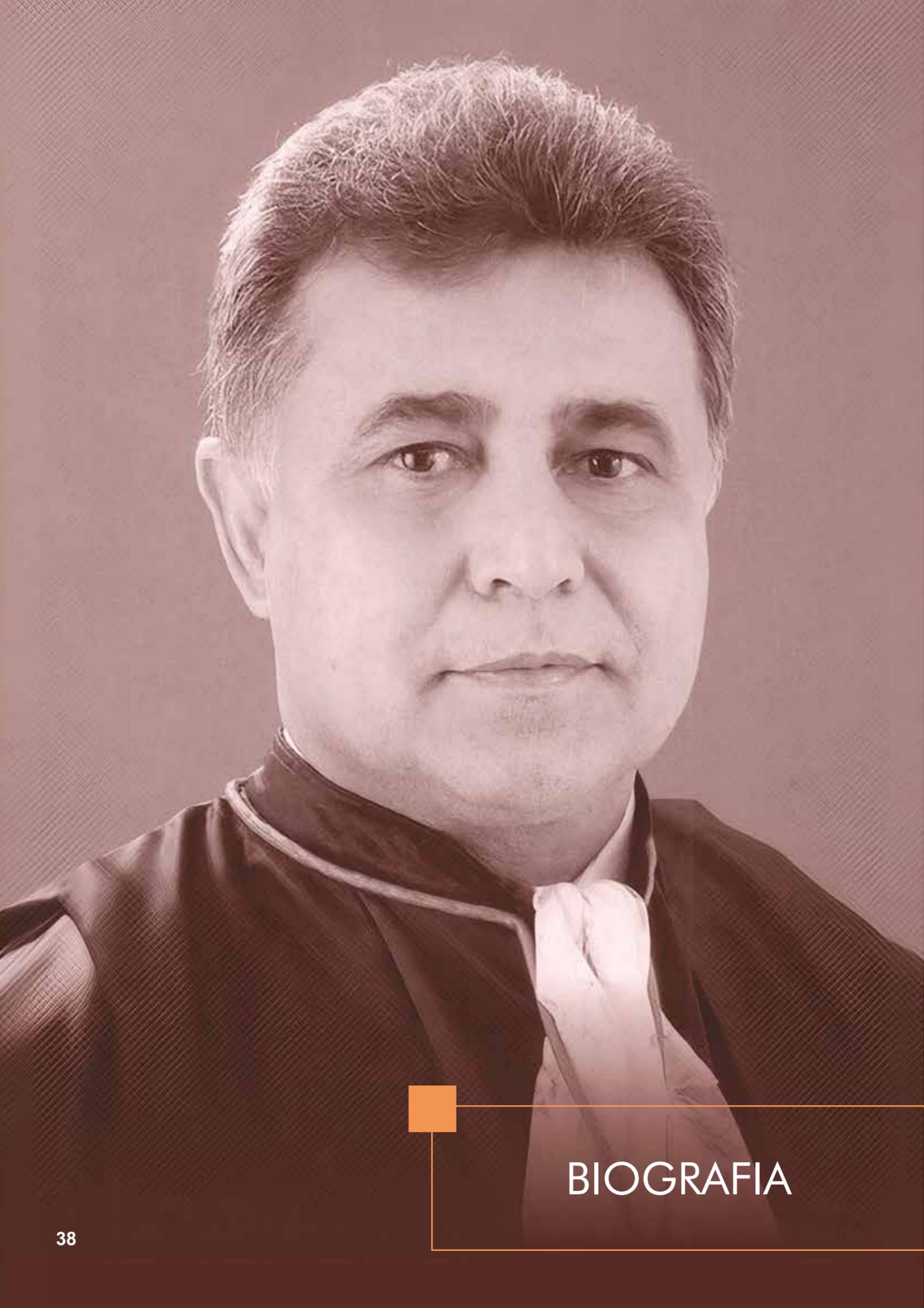
Desembargador | 2002-2003

Nascido em Borrazópolis/PR no dia 13 de agosto de 1956. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina/PR em 1981. Aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia em 1982, foi nomeado Juiz de Direito da 5ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Vilhena, 2ª Entrância, onde permaneceu até 1985.

Foi designado para atuar como Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho entre 1985 e 1988, Juiz da 6ª ZE - Porto Velho no período de 30/03/1988 a 31/07/1989, Juiz de Direito da 1ª Vara da Família da Comarca de Porto Velho – 1988-1994 e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 1997-1998.

Foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 2004-2005. Diretor da Escola da Magistratura de Rondônia - EMERON no biênio 2010-2011.

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor no biênio 1994-1996 e de Presidente no biênio 2002-2003. Assumiu a Presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais do Brasil em dezembro de 2003.



BIOGRAFIA

DISCURSO DE POSSE

Valter de Oliveira

Desembargador | 2002-2003

A Deus agradeço por mais este momento feliz na minha vida e às autoridades presentes aqui nominadas e as não nominadas e ao seletor auditório, meus agradecimentos.

Com imensa honra, nesta data, assumo a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia.

Agradeço, nesta oportunidade, a confiança em mim depositada, assim como na eminente Des^a. Zelite Carneiro, pelos nossos pares no Egrégio Tribunal de Justiça, Desembargadores Gabriel Marques de Carvalho, Eurico Montenegro Júnior, Eliseu Fernandes, Renato Martins Mimesse, Sebastião Teixeira Chaves, Sérgio Alberto Nogueira de Lima, Cássio Sbarzi Guedes, José Pedro do Couto, Roosevelt Queiroz Costa, Ivanira Feitosa Borges e Rowilson Teixeira pela indicação de nossos nomes ao TRE-RO em outubro do ano passado. Trago meus agradecimentos também aos eminentes juizes que compõem este Tribunal Regional: Francisco Prestello de Vasconcelos, Raduan Miguel Filho, Joselia Valentim da Silva, Ney Luís de Freitas Leal, Selmar Saraiva da Silva Filho, especialmente aos Desembargadores Sebastião Teixeira Chaves e Eurico Montenegro Júnior pela escolha do meu nome para comandar a Justiça Eleitoral deste Estado no biênio 2002/2003. Agradeço também o Procurador Regional Eleitoral Francisco de Assis Marinho Filho.

Agradeço também a boa acolhida que tive do eminente Des. Sebastião Teixeira Chaves, destacando sua exemplar administração, coroada pela eficiência e competência, assim como exaltar o profícuo trabalho de todos os demais ex-Presidentes e ex-Corregedores deste Regional, destacando, *in memoriam*, o realizado pelo eminente Des. Lourival Mendes de Souza.

Não poderia deixar de agradecer o irrestrito e carinhoso apoio que tenho recebido no labutar diário e árduo de minha amada esposa Genilde e dos meus filhos queridos Bianca Paola e Tiago, que se têm privado, de forma compreensiva, de minha presença no lar, nos longos anos da minha judicatura, e muito mais neste ano eleitoral.

Agradeço, também, aos meus parentes e em especial ao meu irmão Vagner, cuja presença neste ato solene faz-me lembrar de nossos saudosos pais, Ananias e Antônia, e de seus valiosos ensinamentos de vida que nos permitiram entender a importância da dignidade de um homem.

Meus agradecimentos ainda aos meus irmãos na fé, cuja intercessão diuturna me tem sido muito preciosa. Aos amigos, pelos conselhos sinceros, e a todos os funcionários da Justiça Comum e Eleitoral que comigo trabalharam desde o início de minha carreira.

Não poderia deixar de expressar meus especiais agradecimentos aos elogios a mim conferidos pelo Juiz Prestello. Homem de muitos predicados, dentre os quais destaco sua invejável cultura humanística, tão necessária ao povo brasileiro. Tenho a certeza que, nem pela metade, sou deles merecedor.

Agradeço também a presença do eminente Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto, Presidente do TRE do Maranhão e também Presidente do Colégio de Presidentes do TRE, do eminente Des. Asdrúbal Zola Vasquez Cruxén, Presidente do TRE do Distrito Federal, da eminente Desembargadora Miracele de Souza Lopes Borges, Presidenta do TRE do Acre, da eminente Diretora-Geral do TRE do Amapá, Dra. Marli de Fátima Andrade, que estão prestigiando este ato, assim como todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas que neste recinto se encontram. Fica a certeza de que a ausência de um dos senhores e senhoras tiraria o brilho desta solenidade.

Faço também uma saudação especial à eminente Des^a. Zelite Carneiro, que assume os cargos de Vice-Presidenta e Corregedora Regional, exigindo este último denodado esforço, principalmente por ser este ano de eleições gerais. Tenho certeza de que, considerando sua longa experiência de trabalho na área jurídica, seja como advogada, como membro do Ministério Público Federal, como membro do Ministério Público Estadual e, atualmente, como membro do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, saberá vencer todos os obstáculos. Conte com meu apoio irrestrito.

Feitas essas saudações mais que necessárias, apresento, desde já, minhas escusas à mesa diretiva, aos eminentes pares e à dileta platéia pela minha falta de eloquência. Se errar de ora em diante, fica requerida minha absolvição.

Este Tribunal Regional Eleitoral recebe hoje sua décima primeira 11^a administração, o que, por si só, já redonda numa solidez da justiça eleitoral no Estado de Rondônia. Fica a certeza, pois, de que colherei muitos frutos gerados das sementes plantadas pelo eminente Des. Sebastião Teixeira Chaves e dos demais ex-presidentes que a ele antecederam.

Os anos de trabalho, quer na justiça comum, quer na justiça eleitoral, além dos cabelos brancos que despontam com intrepidez por mim não desejada, deram-me certa experiência. Experiência que nada valerá sem a colaboração dos eminentes pares, do Procurador Regional Eleitoral, dos funcionários desta Corte e os de 1^o Grau, dos juízes eleitorais, dos escrivães e chefes de cartório.

Um navio não singra os mares de forma absoluta e nem vence as intempéries embasado somente na experiência de seu comandante. É necessária a realização de um trabalho harmônico em todos os níveis, efetivado segundo a orientação recebida. Destaco, nesta oportunidade, o relevante serviço realizado nas zonas eleitorais por funcionários requisitados de outros poderes, muitas vezes percebendo parcos salários e, mesmo assim, não medem esforços, sacrificando inclusive o convívio familiar em domingos e feriados, quando em ano eleitoral, como o presente. Fui testemunha deste fato. É a paixão pela Justiça Eleitoral que a todos envolve, é o sentimento de vitória quando, na conclusão de um pleito, conhece-se a soberana vontade popular. Abro um parêntese para dizer da real necessidade da criação de um quadro próprio em 1^o grau, quiçá com aproveitamento daqueles que desde a assembléia constituinte, no anonimato, têm contribuído para o enobrecimento desta justiça.

Destaco, finalmente, como é grande a importância do Tribunal Superior Eleitoral na vida dos regionais, porque deste emanam, de forma absoluta, todas as normas necessárias ao processo eleitoral. Discordo, abro novo parêntese, daqueles que pensam que tais normas podem ser ignoradas pelos órgãos eleitorais de grau inferior. As eleições deste ano, com certeza, serão bem conduzidas a nível nacional pelo excelentíssimo Presidente do TSE, o Min. Sepúlveda Pertence, assim como pelo Corregedor-Geral Min. Sálvio de Figueiredo.

Como um obreiro da Justiça Eleitoral - quero assim ser definido - conto ainda com o apoio de toda a sociedade política e civil, para que também possa plantar muitas sementes durante minha gestão e colher bons frutos que venham cada vez mais ratificar o bom nome do Poder Judiciário, em especial, o da Justiça Eleitoral.

Neste momento, não nego, além da alegria, há um certo temor de não poder corresponder a tanta confiança em mim depositada. Porém, tenho a certeza de que lutarei e não estarei sozinho, pois muitos outros “operários” da Justiça Eleitoral ombrearão comigo na busca do fim planejado.

A fragilidade do homem, no sentido natural-secular, é fortalecida na união com outros, e é assim que desejo me portar durante esses dois anos à frente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia. Quero contar com a garra dos mais jovens e com a experiência dos mais velhos. Quero somar e não dividir.

Hoje, não somente nosso país, mas o mundo inteiro passa por sérias dificuldades. Há fome, há libertinagem, há corrupção, há violência desmedida, isto sem falar dos atos de terrorismo e das guerras que têm destruído seres humanos. O ser humano se diz racional, porém age de forma bruta e impensada. O que fazer diante de um quadro tão assustador? O homem está preso pelos próprios grilhões, criados por ele mesmo. Não há remédio, dizem alguns, porém outra parcela significativa da população tem afirmado o contrário, porque estes descobriram-se espiritualmente e, por isso, encontraram a solução no sentido natural da vida da humanidade.

Necessário meditar sobre o real sentido de nossa existência.

Para solucionar os problemas naturais que nos afligem, o povo brasileiro possui uma arma poderosíssima - o seu voto - que, num regime democrático como o nosso, soa de forma desagradável nos ouvidos daqueles que não tem compromisso com a cidadania.

É preciso votar consciente, pois o representante recebe do representado uma procuração com poderes irrestritos, e pode honrá-la ou não, sendo que, nesta última hipótese, não possui direito à revogação.

O voto sufragado pelo interesse do eleitor em benefícios pessoais, ressoa como voto sem responsabilidade, podendo trazer sérias conseqüências para si mesmo como membro integrante da sociedade.

Quero também, nesta oportunidade, fazer algumas considerações a respeito de temas de ordem eleitoral que têm sido debatidos atualmente.

O primeiro, sobre a coligação verticalizada. O TSE determinou que, na eleição proporcional, os partidos poderão formar entre si mais de uma coligação. Os partidos que lançarem, isoladamente ou em coligação, candidato à presidência da república não poderão formar coligações para eleição de governador do estado, do distrito federal, senador, deputado federal, deputado distrital com partido político que tenha, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial. Os senhores Ministros entenderam que, quando os partidos políticos ajustarem coligação para eleição majoritária e para a proporcional, poderão ser formadas coligações diferentes para a eleição proporcional.

Tenho, para mim, que a decisão foi mais do que acertada, respeitando, no entanto, pensamento contrário. Ora, o partido político tem uma identidade própria, uma doutrina e, assim sendo, a coligação tem que atender os interesses partidários, começando de cima, e não a interesses pessoais.

No dia em que o brasileiro passar a conhecer um partido e a sua proposta de trabalho em prol da nação, com certeza perceberá que o conteúdo é muito mais importante do que a sua aparência.

Hoje, para que se tenha uma idéia da complexidade deste assunto, basta saber que trinta partidos têm seus estatutos registrados no TSE.

No que diz respeito à propaganda eleitoral que vem ocorrendo de forma irregular, pois que ainda não regulamentada, comunico aos presentes que, no próximo dia vinte - terça-feira, a composição plenária desta Corte Regional Eleitoral escolherá os juízes para o exame e solução das questões duvidosas, bem como para regulamentar e fiscalizar o pleito eleitoral em todo o Estado. Para conhecimento de todos, o início legal da propaganda dar-se-á no dia 06 de julho.

O avanço tecnológico do sistema mundial nos permite hoje, no Estado de Rondônia, e creio que quase na totalidade dos Estados da Federação, o voto eletrônico. Há quem diga que poderá haver fraudes. Eu digo que o homem em si é imperfeito e, assim, sua criação - a máquina - pode também ser. Mas a prática tem afirmado o contrário. É impossível admitir-se que, cercado de tanta segurança, haja fraudes. A solução para aqueles que pensam nesta possibilidade é a impressão do voto que será levado pelo eleitor. Parece-me, data vênica, que tal procedimento seria apenas para confirmar ao solicitante o voto pedido. Entretanto, feliz mais uma vez foi a solução dada pelo TSE de que haverá votos impressos em algumas cidades brasileiras sem identificação do eleitor, que serão armazenados num invólucro próprio e contados diante de real necessidade ou, ainda, para confirmar a idoneidade da votação eletrônica.

Também dou ciência aos presentes de que, preocupado com os deficientes, o egrégio TSE determinou a implantação de uma seção eleitoral especial para atendê-los. Bastando que haja, até o dia 08 de maio do corrente ano, pedido de transferência, e que seja comprovada a condição de deficiente.

Há muitos outros tópicos que gostaria de discorrer, porém é hora de terminar. Disse uma reportagem jornalística que faria um discurso conciso, o que, de fato, não ocorreu. Minhas sinceras escusas.

Para concluir, agradecendo a todos os presentes, peço a Deus que me ilumine, como o vem fazendo, nesta nova missão.

Muito obrigado.

Eliseu Fernandes de Souza

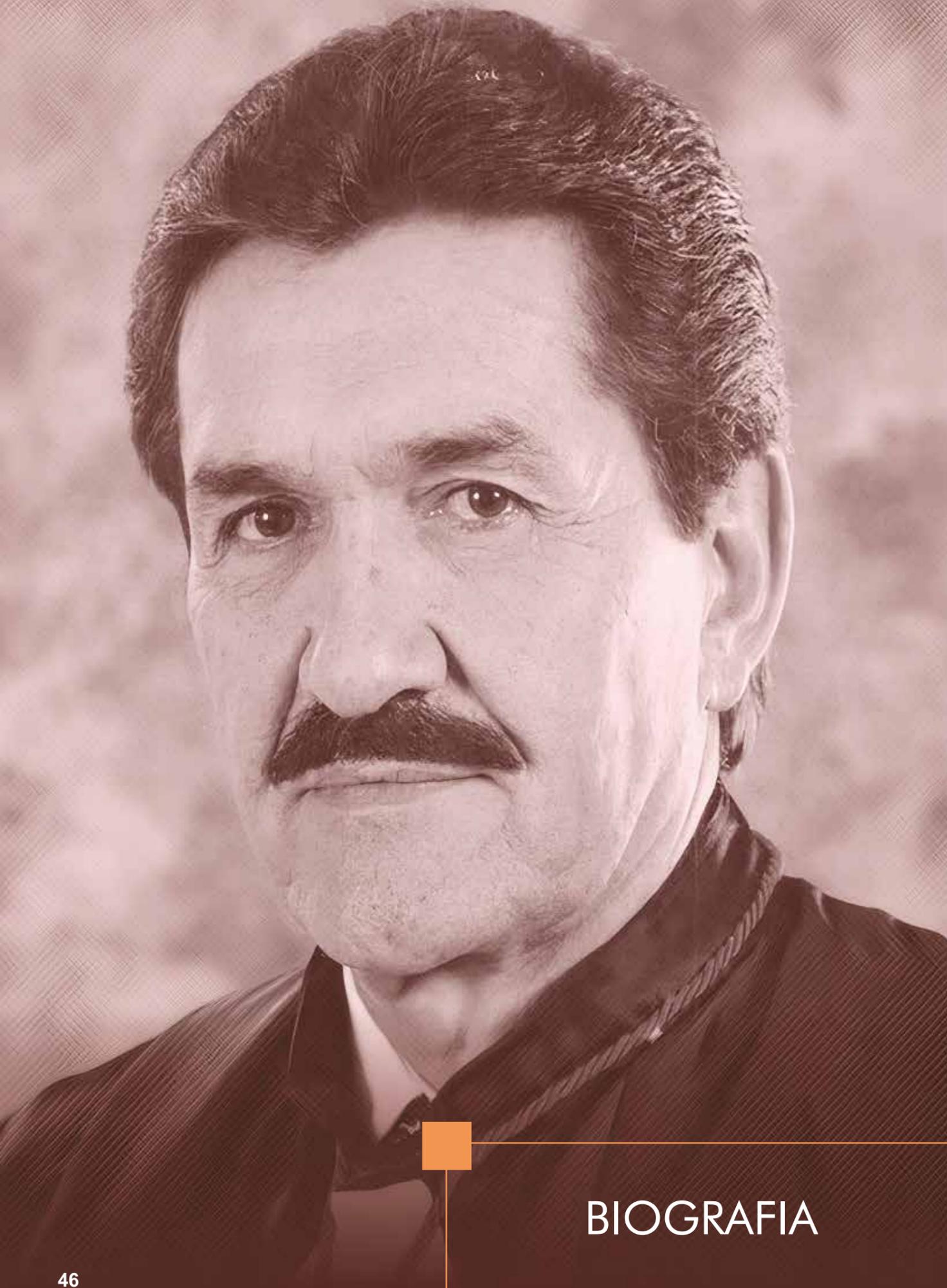
Desembargador | 2004-2005

Nascido em Bromado/BA no dia 14 de junho de 1941. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Instituição Toledo de Ensino de Araçatuba/SP em 1975. Exerceu a advocacia naquela cidade de 1975 a 1980, ano em que se mudou para o Estado de Rondônia, onde continuou atuando como advogado até o ano de 1991.

Foi conselheiro Seccional da OAB-Rondônia 1982-1983. Foi fundador e presidente da Subseção da OAB na cidade de Ji-Paraná, 1983-1986. Foi eleito Conselheiro Federal da OAB em 1986, sendo reconduzido por duas vezes, exercendo o referido cargo até 1991. Nesse mesmo ano foi nomeado Desembargador pelo 5º Constitucional da OAB.

Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Diretor da Escola da Magistratura de Rondônia - EMERON para o biênio 1992-1994 e Presidente no biênio 1998-2000.

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor no biênio 1996-1998 e de Presidente no biênio 2004-2005.



BIOGRAFIA

Gabriel Marques de Carvalho

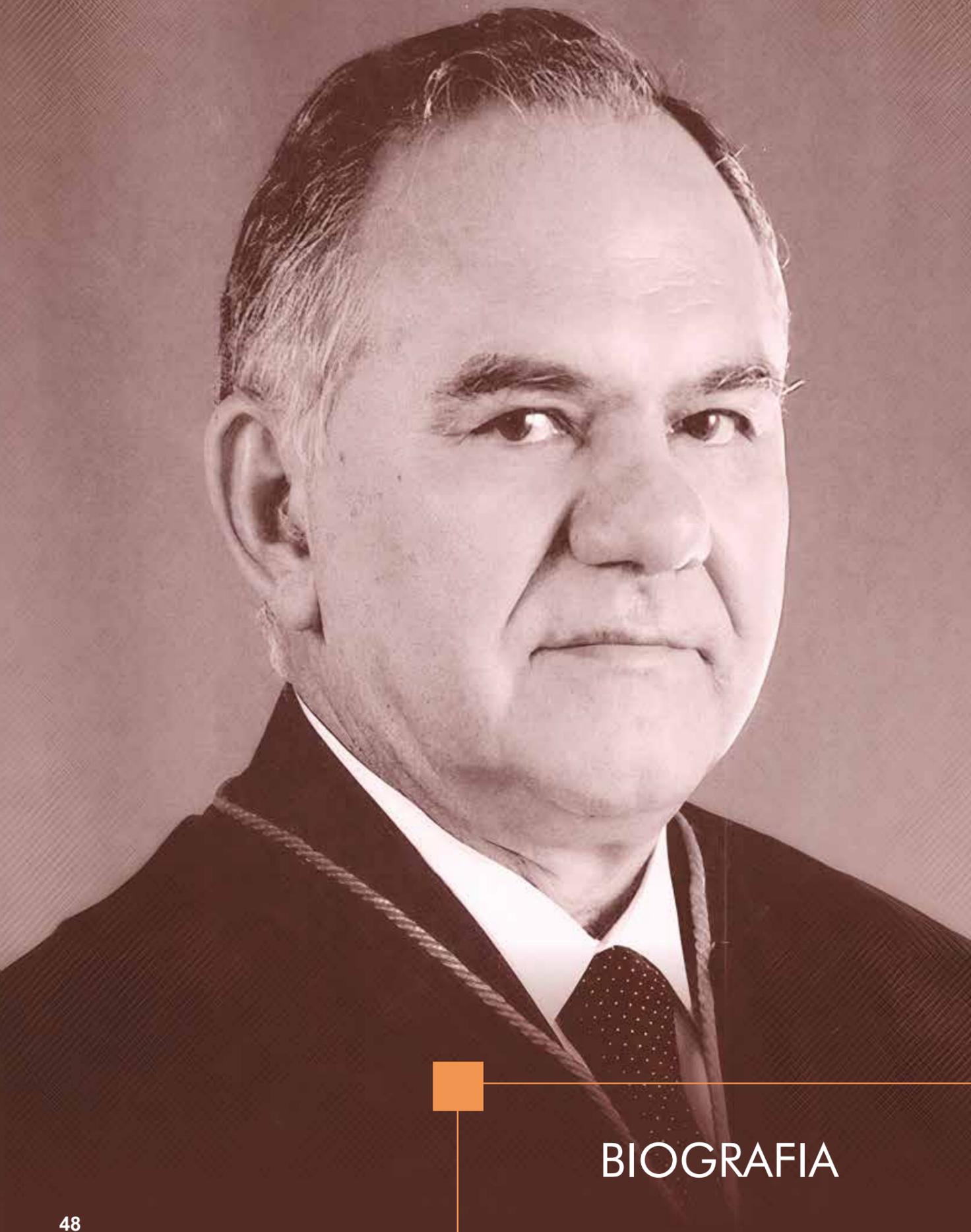
Desembargador | 2006-2007

Nascido em Mombaça/CE no dia 08 de maio de 1940. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito "Brás Cubas", Mogi/SP em 1972. Fez curso de Estágio de Direito nas Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo em 1973.

Exerceu a advocacia desde 1974 na grande São Paulo, por quase dez anos. Foi Redator Jurídico na Editora Sugestões Literárias até 1982. Aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Magistratura do Estado de Rondônia em 1982, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito de 2ª Entrância, assumindo a 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná em 1982. Foi promovido a Juiz de 3ª Entrância da capital em 1983.

Promovido a Desembargador em 1992, integrou a Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia e foi Corregedor-Geral no biênio 1994-1996.

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, foi membro efetivo entre 1985 a 1987. Exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor no biênio 1998-2000 e de Presidente no biênio 2006-2007.



BIOGRAFIA

EXTRATO DO DISCURSO DE POSSE

Gabriel Marques de Carvalho

Desembargador | 2006-2007

O Desembargador Gabriel Marques e Carvalho agradeceu a presença de todos e, em seu discurso, fez um breve histórico sobre a justiça Eleitoral, destacando sua evolução. Lembrou que a legislação eleitoral autoriza contar com a fiscalização permanente dos partidos políticos e dos concorrentes aos cargos e do Ministério público Federal e Estadual para coibir os abusos e quaisquer infrações na esfera eleitoral; destacou a responsabilidade da Justiça Eleitoral na transparência e eficiência das Eleições de 2006; ressaltou a contribuição dos servidores e juízes na credibilidade das eleições até aqui realizadas.

O novo presidente do TRE falou do importante papel da justiça Eleitoral e do esforço que deverá ser empreendido para garantir o sucesso da complexa eleição de 2006; ressaltando que pretende imprimir a celeridade necessária aos trabalhos da Justiça Eleitoral.

O Desembargador Gabriel Marques agradeceu à Corte Eleitoral rondoniense por expressar mais uma vez confiança em seu nome. Externou um agradecimento especial ao Juiz Daniel Lagos, ao Jurista Ney Leal, ao Desembargador Roosevelt Queiroz Costa que optou por assumir a Corregedoria e Vice-Presidência. Agradeceu, também, aos Desembargadores Eliseu Fernandes e Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, que administraram na gestão anterior. Agradeceu aos familiares, esposa, filhos, nora e genro pela compreensão por mais esse desafio durante dois anos.

Disse que com a confiança em Deus, em primeiro lugar, e nos amigos e em todos os cidadãos de bem, dispostos a colaborar com a Justiça, e as pessoas de bem que o auxiliam, pretende cumprir o ônus de administrar o TRE com segurança e muita esperança em um futuro melhor. Ao final manifestou sua satisfação em compor esta respeitável Corte Eleitoral.

Extraído da Ata da Sessão Solene de Posse em 03 de janeiro de 2006.

Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

Desembargador | 2008-2009

Nascido em Juiz de Fora/MG no dia 22 de fevereiro de 1957. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1979.

Aprovado no primeiro Concurso Público para ingresso na Magistratura do Estado de Rondônia em 1982, foi designado Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim, em 1982; Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da mesma Comarca em 1985, e, naquele mesmo ano, promovido para ser Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena; Promovido por antiguidade, para o cargo de Juiz de Direito da Capital, sem titularidade, em 1986; Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Porto Velho, em 1990; Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, nos biênios 1994-1995 e 1996-1997.

Assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados de Rondônia - AMERON, em 15/03/1997. Em 2000 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, pelo critério de antiguidade.

Atuou como Juiz Eleitoral da 1ª ZE - Guajará-Mirim (26/07/1982 a 21/11/1985) e, cumulativamente, da 8ª ZE - Colorado do Oeste e 16ª ZE - Cerejeiras (22/11/1985 a 01/06/1986). Na capital, por sua vez, foi titular da 2ª ZE (14/10/1988 e 16/05/1991).

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, foi Vice-Presidente e Corregedor no biênio 2004-2005 e Presidente no biênio 2008-2009.

Faleceu em 2017, na cidade de Juiz de Fora/MG.



BIOGRAFIA

Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

Desembargador | 2008-2009

Após a saudação, foi dada a palavra ao Presidente empossado, Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, que Saudou a Corte Eleitoral, assim como as autoridades, familiares e demais convidados presentes, e proferiu breve discurso ressaltando, em síntese, a necessidade de o Poder Público, Judiciário, Legislativo, Executivo, assumir compromisso com a ética e a honestidade para que o povo volte a acreditar no homem público, principalmente com a proximidade do pleito municipal no Estado, fazendo-se necessário envolver os eleitores em um movimento pelo voto consciente para mudar essa realidade de corrupção e impunidade que grassa na vida pública, ao final, manifestou sua satisfação em poder contar com a Desembargadora Ivanira Feitosa Borges nessa empreitada, e felicitou o corpo administrativo do Tribunal.

Extraído da Ata da Sessão Solene de Posse em 28 de dezembro de 2007.

EXTRATO DO
DISCURSO DE POSSE

GALERIA DOS
PRESIDENTES

2010
2021



Zelite Andrade Carneiro
2010-2011

Desembargadora



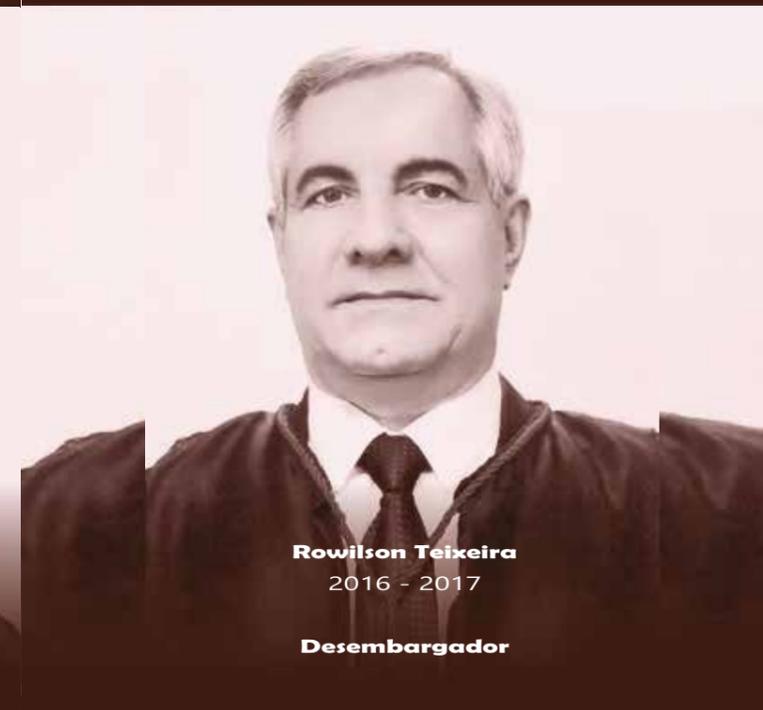
Ivanira Feitosa Borges
2012-2013

Desembargadora



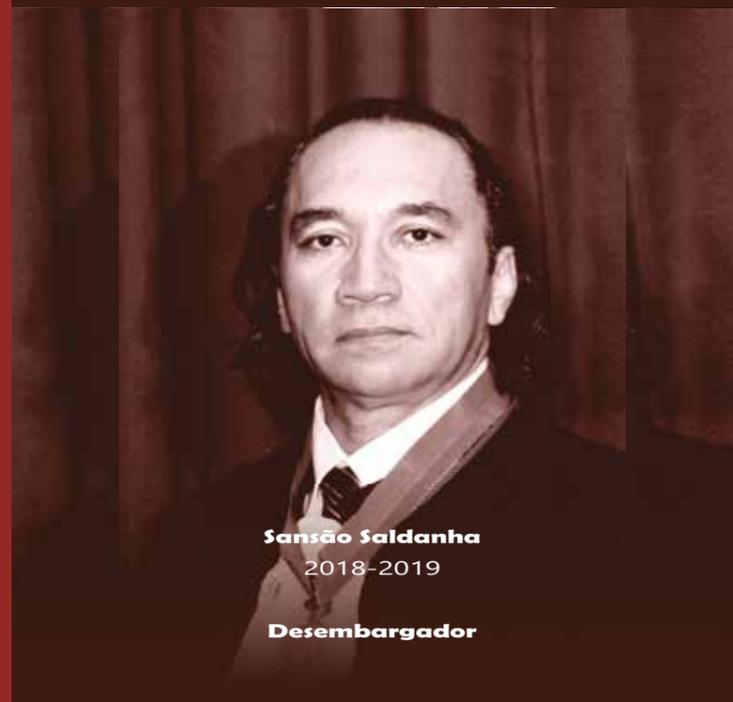
Péricles Moreira Chagas
2014-2015

Desembargador



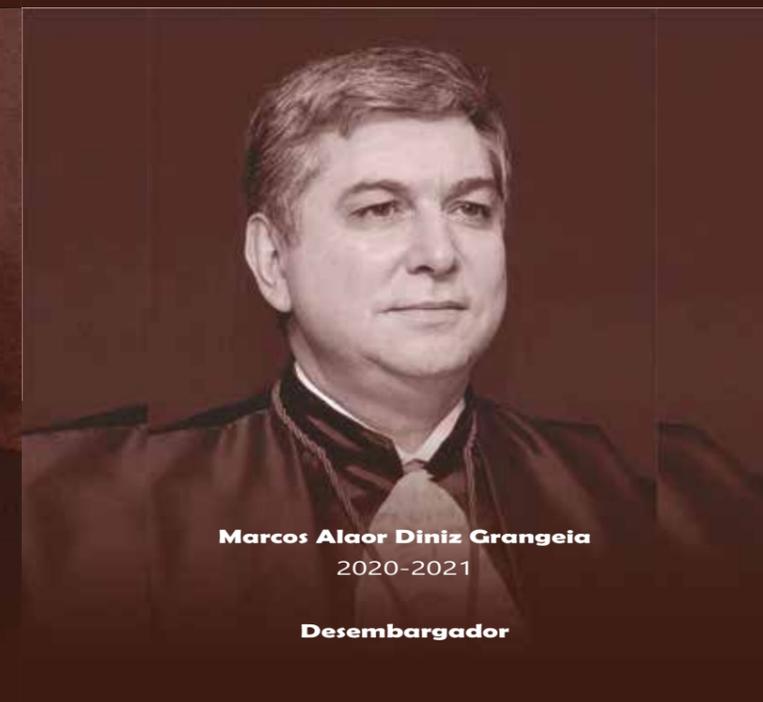
Rowilson Teixeira
2016 - 2017

Desembargador



Sansão Saldanha
2018-2019

Desembargador



Marcos Alaor Diniz Grangeia
2020-2021

Desembargador

Zelite Andrade Carneiro

Desembargadora | 2010-2011

Nascida em Boa Vista/RR no dia 24 de março de 1949. Bacharel em Direito pela UFAM (1976), tem pós-graduação em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Petrópolis.

Foi Defensora Pública do Distrito Federal, na Comarca de Boa Vista em 1980. Presidente da OAB/RR no biênio de 1981-1982. Em 1982, já em Ji-Paraná, foi promovida para o cargo de Promotora Substituta e, posteriormente, foi nomeada Promotora de Justiça. Exerceu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Rondônia 1993-1995. Foi designada Subprocuradora-Geral de Justiça em 1995. Foi nomeada para o cargo de Desembargadora do TJ/RO em 1997. Membro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em 15/12/2009.

Foi Corregedora-Geral de Justiça no biênio 2000-2001 e Vice-Presidente do Colégio Nacional dos Corregedores em 2000. Atuou como a 1ª Diretora da Escola Judiciária Eleitoral em 2003. No biênio de 2004-2005 exerceu a Presidência da Câmara Criminal do TJ/RO. Em 2008 assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia.

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedora no biênio 2002-2003 e de Presidente no biênio 2010-2011, sendo a primeira mulher a presidir o TRE/RO.



BIOGRAFIA

Zelite Andrade Carneiro

Desembargadora | 2010-2011

DISCURSO DE POSSE

Saudação.

No dia 31 de dezembro de 2009, estarei concluindo o mandato perante a Presidência do Poder Judiciário de Rondônia, e, no dia 1º, inicia-se, aqui, nesta casa, nossa gestão na Justiça Eleitoral.

Estou chegando ao Poder Judiciário Eleitoral com renovadas esperanças, para presidir as eleições gerais em nosso Estado e testemunhar a renovação dos votos, que, ante a lei e os homens, se faz pertinente à vida política desta unidade da federação.

Há alguns anos estive aqui na condição de Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral.

No estado de direito como o nosso, colocamo-nos, inteiramente, sob o império da ordem jurídica, cujo objetivo é dar garantia e proteção aos indivíduos, contra eventuais excessos dos poderes públicos, além de garantir a composição dos conflitos de ordem patrimonial.

Ainda não somos povo inteiramente livre, porque, apesar de registrarmos um desenvolvimento em ascensão, vivemos uma desigualdade social que está entre as maiores do mundo.

Estamos crescendo. Temos uma imprensa livre e torcemos para que a informação também chegue às classes menos favorecidas, a fim de que nossos eleitores exerçam com liberdade o direito ao voto.

Minha ansiedade por um processo eleitoral livre de mazelas é enorme. E tenho a mais absoluta certeza de que esse é o pensamento e a vontade da Corte de Justiça Eleitoral e de todos os brasileiros.

Afinal, “O voto não tem preço, tem consequência”. A frase não é minha, mas do MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Achei pertinente.

Sei que contarei com os órgãos de segurança de nosso Estado e também os de segurança federais, para que tudo ocorra da forma mais legítima e transparente possível.

No Estado de Rondônia, temos mais de um milhão e meio de habitantes, com mais de um milhão de eleitores e mais de 3.500 seções eleitorais. Em todos a Justiça Eleitoral está presente com os organismos de segurança.

Nosso desejo é que a consciência dos nossos candidatos à missão política esteja diretamente afinada com o objetivo maior do exercício da cidadania. Representar o povo não é representar a si, mas representar o pensamento do coletivo, daquilo que se amoldará a todos indistintamente: razão, sensibilidade, transcendência de espírito.

Sabemos que a missão será árdua, entretanto jamais estaremos sozinhos. A começar pelo eminente Vice-Presidente, Des. Rowilson Teixeira, magistrado que tem demonstrado, na Corte de Justiça Estadual, seu integral envolvimento com as coisas da Justiça. Estaremos ladeados, também, pelos eminentes pares que constituem esta Corte de Justiça Eleitoral e pela assessoria institucional deste Tribunal, constituída de servidores inteiramente envolvidos com a missão de bem servir.

Somos um todo que se fará forte, diante do cumprimento da missão que nos foi outorgada, para a realização das tarefas pertinentes e o engrandecimento do Poder Judiciário Eleitoral.

Aos integrantes deste egrégio Tribunal, minha imensa satisfação pelo futuro convívio que, desde já, sei amistoso e saudável, o que, por certo, será a constante de nossas vidas no âmbito institucional. Todos temos um propósito único: servir. Servir bem.

Aos meus filhos amados, que hoje aqui me festejam, Áquila e Argos, a esperança de que possam sempre me visitar aqui na nossa maravilhosa Porto Velho, lugar que resisto em deixar.

Registro agradecimentos aos nossos eminentes pares da Corte de Justiça Estadual, que são os responsáveis pela minha indicação e a do eminente Desembargador Rowilson Teixeira para os cargos que ora assumimos.

Enfim, a todas as autoridades constituídas e pela presença de todos que

testemunham este ato de posse, emprestando-lhe solenidade e prestígio. Muito obrigada.

Ivanira Feitosa Borges

Desembargadora | 2012-2013

Nascida em Antenor Navarro/PB no dia 30 de agosto de 1951. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão e pós-graduada em Direito Penal pelas Universidades Federais de Rondônia e Minas Gerais. Foi advogada do INCRA em Rondônia em 1977.

Aprovada no primeiro Concurso Público para ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Rondônia, tornou-se a 1ª Juíza de Direito concursada no Estado, sendo nomeada para Juíza Titular da Comarca de Espigão do Oeste em 1984-1985; Juíza Titular da Comarca de Guajará-Mirim em 1985, Juíza Titular da Comarca de Pimenta Bueno, em 1986; Juíza Titular da Comarca de Porto Velho em 1987-1994, Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito no período de 1994-2001.

Foi Corregedora-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no biênio 2006-2007.

Sua trajetória na Justiça Eleitoral foi destacada por suas atuações como Juíza Titular na 12ª ZE - Espigão do Oeste (02/01/1984 a 31/12/1984 e 01/02/1985 a 08/04/1985); 1ª ZE - Guajará-Mirim (23/07/1985 a 12/08/1985, 02/12/1985 a 31/12/1985 e de 01/05/1986 a 01/08/1986); 9ª ZE - Pimenta Bueno (11/10/1986 a 31/12/1986 e de 20/03/1987 a 29/05/1987); 2ª ZE - Porto Velho (01/01/1991 a 31/01/1991); 6ª ZE - Porto Velho (02 a 15/01/1991); 20ª ZE - Porto Velho (29/09/1995 a 19/12/1995 e de 01/02/1996 a 30/05/1996).

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, foi membro da Corte em 1996, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedora no biênio 2008-2009 e de Presidente no biênio 2012-2013.



BIOGRAFIA

DISCURSO DE POSSE

Ivanira Feitosa Borges

Desembargadora | 2012-2013

“Assim como o dia sobrevém à noite,
assim uma força me impele a avançar.
Tudo segue o seu curso
desde o céu até o mar.”

(verso do poema “A grande força”, da obra “Dançando na Luz” da poetisa Zelite Andrade Carneiro).

Saúdo a Desembargadora Zelite Andrade Carneiro eminente Presidente em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes e membros desta Corte

Desembargador Sansão Saldanha,

Senhoras e Senhores.

Este momento é solenemente histórico, embora bienalmente rotineiro.

Em 1977, munida apenas da graduação em Direito, do sentimento desbravador e pioneiro e ainda movida pelos sonhos da pouca idade, desloquei-me para o então Território Federal de Rondônia, sem conhecer quem quer que fosse porque antes aqui nunca estivera.

Como muitos, enfrentei as adversidades comuns naquela época: a poeira e a lama dos caminhos, a escassez de energia, a falta de estradas e até do gás de cozinha (na cidade de Guajará-Mirim), entre outras.

Acontece, que como tudo segue seu curso desde o céu até o mar, o tempo passou e aqui ainda estou, há 34 anos, testemunhando a história do cadente Território, hoje pujante Estado de Rondônia.

“O tempo passa por mim, por ti, por nós e nos adverte a cada dia que ele não volta mais.

Nós passamos pelo tempo o tempo passa por nós sem sentirmos sua presença que pena! Quantos ais!”

(versos do poema “A consciência e o tempo” da obra já citada)

Foram muitos os obstáculos nessa caminhada que sem dúvida, não foi pavimentada de facilidades, mas, “O que atenta prudentemente para a palavra achará o bem, e o que confia no senhor será bem aventurado” (Provérbios 16:20).

Eu confiei no Senhor em todos os momentos e Ele me honrou.

Integrei esta Corte no biênio 2008/2009 na gestão do Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes como Presidente, ocasião em que assumi a Vice-Presidência e a Corregedoria.

Enfrentamos o trabalho árduo da preparação das eleições municipais de 2008. Não posso olvidar os debates calorosos nos julgamentos dos recursos e as inúmeras reuniões com os envolvidos no processo eleitoral, bem ao estilo do então Presidente Cássio, afastando o rigor da formalidade, observando no entanto a necessária solenidade.

Aprendi muito com Vossa Excelência, Desembargador Cássio.

As experiências vividas naquele biênio certamente me ajudarão a enfrentar os novos desafios.

A mim coube a onerosa missão de suceder a Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, pessoa a quem estou ligada por convivência quase diária na primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

No entanto, o fardo fica mais leve, Senhora Presidente, quando se trata apenas de dar continuidade aos projetos que vossa Excelência iniciou. Sou testemunha de sua sensibilidade na gestão da coisa pública, principalmente de seu trato suave com as pessoas e de sua grandiosa capacidade para solver conflitos com absoluta serenidade, mantendo no entanto a necessária firmeza exigida do administrador.

Tenha certeza que vou fazer o possível para sucedê-la com a mesma galhardia, embora consciente da árdua missão.

Para a grandiosa responsabilidade que neste momento assumo, gratifica-me muito e de forma especial poder contar com o suporte e o vigor de um verdadeiro guerreiro – (que ostenta esse adjetivo no próprio nome) - o eminente Desembargador Sansão Saldanha, magistrado notável, de venerável virtude e exemplar capacidade de trabalho que exercerá a Vice-Presidência e o comando da Corregedoria Regional Eleitoral.

Conhecendo suas qualidades de magistrado, tenho certeza da imensa contribuição que o Des. Sansão trará para a Justiça Eleitoral de Rondônia, marcando aqui sua atuação de forma indelével.

Confio com sinceridade no apoio dos juízes membros desta Corte todos com vasto conhecimento e experiência do direito e do processo Eleitoral e com os quais dividirei a nobre tarefa de julgar e de administrar este Tribunal.

Conhecedor de sua serenidade e notável capacidade, tranquiliza-me a presença do jovem Procurador Regional Eleitoral Reginaldo Pereira da Trindade que certamente continuará contribuindo para a inegável qualidade dos julgados desta Corte.

Não posso deixar de registrar o valoroso trabalho desenvolvido pelos juízes e promotores eleitorais que aliás estarão diretamente envolvidos com o pleito municipal de 2012.

Manifesto meu respeito aos advogados que aqui militam, figuras essenciais para o funcionamento da justiça.

Essa Justiça especializada tem uma estrutura ímpar e decorre de um sistema coeso cujas partes se regem pelo mesmo ritmo.

Na condução desta Casa, todas as ações e frentes de trabalho dependem da esmerada qualificação dos seus servidores, que servem com dedicação excepcional. Adotar o princípio da soma, buscar sempre o diálogo, deve ser uma constante para que tudo possa fluir de forma a elevar cada vez mais o trabalho dessa Justiça no Estado de Rondônia. Trabalhar com amor, alegria, dedicação e criatividade é um bálsamo para a vida.

Estou certa de que a Justiça Eleitoral desempenhará sua importante missão com independência, altivez e sobretudo com o apoio da sociedade.

Espero que essa caminhada seja prazerosa e que possamos comemorar o sucesso, aprendendo lições também nos momentos de desafios.

Não poderia deixar de registrar a minha gratidão aos meus pais, que me legaram a honradez e a simplicidade da vida, propiciando-me uma criação austera, em um lar cristão, humilde e digno.

Divido também a alegria desse momento com outras pessoas de fundamental importância para mim, e aqui faço o caminho inverso.

Em primeiro lugar, meus netos: Gustavo e Guilherme que trouxeram maravilhoso renovo para a minha vida.

Os filhos Polyana, Márcio e Marcelo e a nora Patrícia por quem também nutro sentimento filial - joias preciosas que me honram a cada dia. Obrigada meus filhos.

Meu esposo Borges, companheiro e solidário nas procelas de 34 anos de caminhada, de quem recebo apoio e incentivo para prosseguir nas lides do Poder Judiciário por muitos anos ainda.

Que o Deus Eterno nos ilumine para que possamos semear boas sementes que possam render abundantes frutos e que a colheita possa ocorrer a tempo e fora de tempo.

Toda honra, toda glória e todo louvor sejam dados ao SENHOR!

Muito obrigada.

DISCURSO DE ABERTURA
DO ANO JUDICIÁRIO
2012

Ivanira Feitosa Borges

Desembargadora | 2012-2013

Declaro aberta a primeira sessão do biênio de 2012/2013. Faço votos que tenhamos uma gestão profícua, uma administração tranquila e que possamos cumprir a nossa missão de julgadores da melhor maneira possível, cumprindo realmente a missão que o senhor pôs em nossas mãos.

Dou boas-vindas aos membros da Corte, ao Procurador Regional Eleitoral Ercias Rodrigues de Sousa, que esteve afastado do Eleitoral em 2011 e agora retoma suas funções, ao doutor Rodrigo Godoy que estará conosco e que está substituindo o doutor Herculano Martins Nacif, boas-vindas ao eminente Corregedor Desembargador Sansão Saldanha, doutor João Adalberto Castro Alves e doutor Aldemir de Oliveira.

Realmente creio que o sucesso ocorrerá e, certamente vai ocorrer, em decorrência da colaboração imprescindível e incondicional de todos os membros da Corte e dos servidores desta Casa.

Tenho a certeza que a Presidência e a Corregedoria, que é representada pelo Desembargador Sansão Saldanha, poderá contar com o apoio de todos e reafirmo que faremos tudo para que o trabalho no TRE/RO continue no mesmo nível de excelência que sempre teve nas suas gestões anteriores.

DISCURSO DE ABERTURA
DO ANO JUDICIÁRIO
2013

Ivanira Feitosa Borges

Desembargadora | 2012-2013

Senhoras e Senhores, boa tarde.

Cumprimentando as autoridades presentes nesta sessão, registro que este ano, na realidade, não é um ano eleitoral como o ano passado, de muito trabalho, mas, um período em que, além do trabalho ordinário, será marcado pela execução de diversas ações planejadas.

Certamente neste ano continuaremos julgando os processos das eleições de 2012, recursos eleitorais, AIJE's e as prestações de contas, além das atividades de preparação das eleições de 2014. Evidentemente que já se inicia a preparação do processo eleitoral um ano antes das eleições, e no final da última sessão do ano passado, nós registramos que o processo de preparação e planejamento para as próximas eleições já havia sido deflagrado.

A partir de 2014 teremos a realização da revisão do eleitorado, isto é, a coleta de dados por meio do sistema de biometria. Vários municípios serão contemplados com essa revisão por meio deste sistema de identificação biométrica. Os municípios serão Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cabixi, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Guajará-Mirim, Machadinho do Oeste, Monte Negro, Nova Mamoré, Primavera de Rondônia, Rio Crespo e Vale do Anari.

Teremos também a realização do concurso do TRE/RO, que pretendemos realizar no primeiro semestre deste ano para provimento dos cargos de analista e técnico judiciários. Registro que submeti à Corte deliberação para realização do concurso na última sessão e que a licitação será feita logo no início do ano, pois pretendo realizar esse concurso até o mês de junho, no máximo. Também este ano estão planejados e programados cursos e treinamentos contidos no plano anual de capacitações do TRE/RO, com foco voltado à secretaria do Tribunal e às zonas eleitorais.

Quero aqui destacar a importância do trabalho dos juízes, servidores e do Ministério Público Eleitoral, que atua no segundo grau, bem como nas zonas eleitorais, destacando a importância de cada um e o sucesso que tivemos no ano passado nas eleições. Todos se dedicaram de forma muito especial para a preparação e realização do pleito, que foi um sucesso, graças a Deus! Convido a todos os servidores, juízes e ministério público para que continuem a abraçar a causa eleitoral e, como todos já fazem, sem necessitar de conclamar para isso, visto que todos são peças fundamentais, são peças indispensáveis para excelência do trabalho da justiça eleitoral

em Rondônia.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é reconhecido pelo TSE como um Tribunal ágil, voltado às causas eleitorais com muita responsabilidade e preocupação, não que os outros tribunais não o sejam, mas o TRE/RO se destaca em alguns aspectos servindo de modelo para outros tribunais, a exemplo de ações que são implementadas no TRE/RO, que o TSE realmente abraça e encaminha para outros TRE'S para servir de exemplo e modelo e isso é muito importante para nós.

Quanto ao preenchimento de vagas para juiz da Corte oriundo da classe dos advogados, informo que já fizemos contato com a OAB/RO, já com a nova gestão do doutor Andrey Cavalcante, que se comprometeu a encaminhar o edital de preenchimento para essa vaga, então ocupada pelo advogado Sidiney Duarte Barbosa, cujo biênio encerrou-se em dezembro.

Não podemos ficar tanto tempo com a corte incompleta já passados quase dois anos e espero que a OAB se empenhe nisso, para que possamos encaminhar a lista tríplice o mais rápido possível para o TSE, porque a ministra Carmem Lúcia está preocupada com questão das cortes incompletas e vem atuando para resolver pendências nesse sentido em vários estados. Quero dar as boas-vindas à doutora Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza, que está substituindo o doutor José Jorge, e ao doutor Rodrigo Godoy Mendes, que está substituindo o doutor Herculano, que sejam todos bem-vindos.

Boas-vindas a todos os servidores e que o ano de 2013 seja um ano realmente de muita benção para nós. Muito trabalho eu sei que teremos, mas tenho a certeza que será um sucesso, como foi o ano de 2012. Sejam bem-vindos e que 2013 seja um ano abençoado.

Péricles Moreira Chagas

Desembargador | 2014-2015

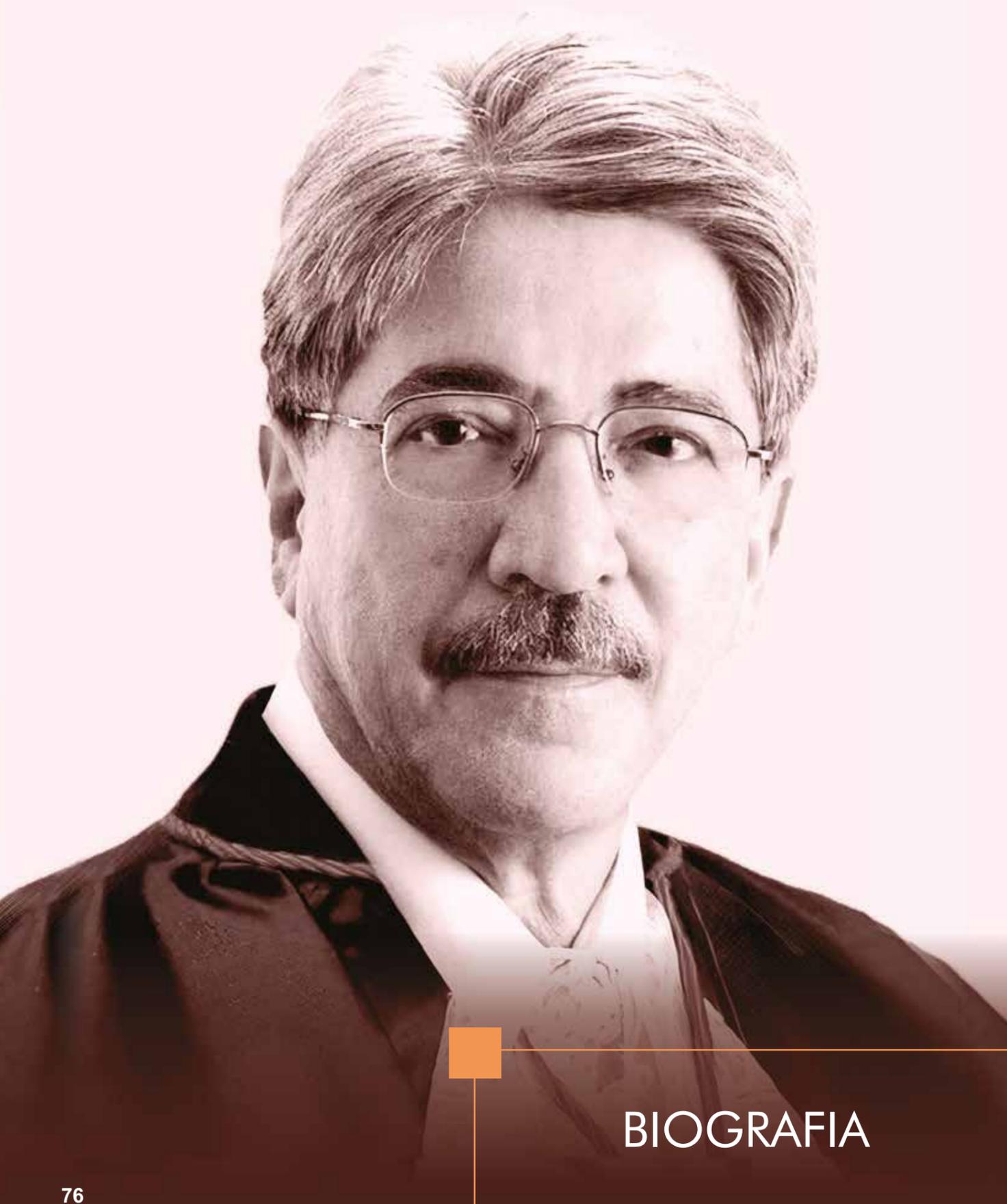
Nascido em Maringá/PR no dia 12 de janeiro de 1952. Graduado em História em 1974 e Bacharel em Direito em 1982. Aprovado no terceiro Concurso Público para o ingresso na Magistratura no Estado de Rondônia, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Cerejeiras em 1986 e promovido por antiguidade a Juiz da Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná no período de 1987-1992; Juiz da Vara Criminal da Comarca de Presidente Médici em 1987; Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho, em 1993-1995.

Em 30 de abril de 2004 tomou posse como Desembargador, cargo para o qual foi promovido pelo critério de merecimento, com assento na 1ª Câmara Cível.

Foi Presidente da Associação dos Magistrados de Rondônia por dois mandatos consecutivos, entre 1992-1996. Foi Vice-Presidente do TJ/RO no biênio 2006-2007 e, em agosto daquele ano, assumiu a Presidência do TJ/RO, finalizando seu mandato em 31/12/2007.

Na Justiça Eleitoral atuou como Juiz na 16ª ZE - Cerejeiras (20/09 a 03/12/1986), teve sucessivas designações para atuar como Juiz da 3ª ZE - Ji-Paraná (01/07/1987 a 15/06/1992). Na 6ª ZE - Porto Velho atuou (12/03/1993 a 28/11/1995). Designado para a titularidade da 22ª ZE - Porto Velho em 02/08/2001, exerceu a jurisdição até 14/08/2003.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2014-2015.



BIOGRAFIA

DISCURSO DE POSSE

Péricles Moreira Chagas

Desembargador | 2014-2015

Aos integrantes da Justiça Eleitoral, magistrados e Ministério Público de 1º e 2º graus, e honrados servidores transiro a homenagem que é prestada a tantos quanto vieram testemunhar esta posse do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

De início, afirmo que estou feliz e honrado por tomar posse neste TRE. Integrar um tribunal do Poder Judiciário é um mérito e honra inestimável e quero que todos saibam que tenho sim a exata noção da importância e responsabilidade de integrar este TRE na condição de Presidente, cargo a mim confiado pelos componentes deste Colegiado. Eu prometo envidar esforços para que não os decepcione e carecendo de sua ajuda e conselhos para tornar mais amena a difícil tarefa.

Essa nação adotou a democracia representativa que se está expresso no art. 1º da nossa Carta Magna, que todo poder emana do povo, por isso mesmo, é exatamente aqui neste Tribunal que deságuam os conflitos de interesses que estão na raiz do processo eleitoral democrático brasileiro.

É pelo voto que o povo delega seu poder ao representante escolhido nas urnas, mas para se admitir esse voto como válido e assim permitir a delegação desse poder que marca a democracia representativa, é preciso que a Justiça Eleitoral administre e julgue todas as questões relativas ao processo eleitoral. Assim, as lides que envolvam questões políticas referentes aos partidos políticos, ao sufrágio popular, ao direito de votar e ser votado devem ser pacificadas pelos Tribunais Eleitorais.

É aqui, portanto a Casa onde ecoa de forma mais próxima o som resultante da democracia no nosso país. Não há outra Justiça que esteja mais perto da democracia popular.

É aqui nessa Justiça que se resguarda a legitimidade do processo eleitoral e em consequência, a idoneidade da transferência desse poder que emana do povo ao representante escolhido nas urnas. Todas as funções da Justiça Eleitoral estão voltadas e comprometidas com a ratificação da democracia do nosso país.

E não é exagerado afirmar que ela se situa na essência mesma do processo democrático de delegação do poder do povo para os seus representantes escolhidos pelo sufrágio popular.

Também não é exagerado ratificar que a Justiça Eleitoral atua de forma preventiva e mesmo impeditiva de futuras ações de improbidade administrativa contra agentes públicos, ações de crime de responsabilidade, ações civis públicas.

E isso, porque um processo eleitoral ilegítimo e sem respeito ao devido processo legal fatalmente desencadeará litígios que tais, de sorte que a Justiça Eleitoral está na vanguarda impeditiva de um processo eleitoral ilegítimo e ofensivo à democracia. Tais aspectos elevam de forma infinita e ampla aqueles que personificam a Justiça Eleitoral e aqui a eles me refiro.

Diz o Eclesiastes, tão caro ó meu sereno vice-presidente, que tudo tem o seu tempo determinado. E há tempo para todo propósito debaixo do céu. É tempo pois de agradecer aos meus pares, os eminentes juízes desta Corte que enfrentaram, enfrentam e enfrentarão com entusiasmo denodo e inegável cultura um trabalho prodigioso.

É tempo de reconhecer, ao douto Procurador Regional Eleitoral o meu reconhecimento pela conduta sóbria, digna e leal, pelo convívio fraterno e pelo trabalho exemplar. E aos advogados, um dos três pés que dão firmeza e sustentação por igual à mesa da Justiça, na minha compreensão, na função essencial que desempenham em prol da sociedade.

É tempo de cumprimentar aos juízes e membros do Ministério Público Eleitoral os cumprimentos pela seriedade e firmeza que demonstram no trato das questões de sua competência.

É tempo de encorajar e estimular aos servidores deste Tribunal, do mais humilde ao mais graduado, padrões de zelo, profissionalismo, competência e lealdade. Meu incentivo e minha fiel parceria.

É tempo de exaltar a imprensa em todas as suas formas livre e isenta sempre vigilante em seus intimatorios profissionais de papel fundamental na preservação e ampliação dos sociais e na afirmação dos postulados da Constituição e da democracia, penhorado louvo sua contribuição nas iniciativas dessa Justiça e a ampla e imparcial de matérias dos interesses dos eleitores, prestando serviço de extraordinária relevância.

É tempo de recomendar aos representantes do povo, os de hoje e os que virão, indica-se urbanidade, respeito e reverência às normas eleitorais vigentes, sempre aplicadas com rigor e isenção por esta Justiça.

E, finalmente, é tempo de se comprometer, esta Corte e seus componentes reafirmam sua independência e isenção. Acima de vaidades pessoais haverá o irrestrito compromisso com a Justiça, para além de fatuidades individuais, de busca de notoriedade e holofotes a discricção e a reserva, adiante de ociosas preferências a aplicação serena e indistinta do melhor arcabouço jurídico.

E como diziam os ingleses: “last but not least”, não olvido dos meus entes mais queridos, dos distantes que me castigam com a saudade e dos presentes que em doce cumplicidade não admitem a tristeza e alegam os meus dias, notadamente aquela que os anos de convivência me fizeram crescer e sempre querer ser melhor pai, marido e juiz. Muito obrigado a todos vocês!

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2014

Péricles Moreira Chagas

Desembargador | 2014-2015

"Compreender antes de julgar e julgar antes de criticar os fatos e instituições", como já lembrava o eminente Ministro Cezar Peluso, na ocasião da abertura do ano judiciário de 2012 da Suprema Corte Federal. A sede de justiça e de serviços públicos melhores para os brasileiros reclama uma postura planejada e transparente das instituições, para que revelem seus objetivos estratégicos a serem alcançados.

Este Tribunal, como ente público, deve primar pelos deveres da publicidade, transparência e eficiência. Portanto, é indispensável o planejamento e a divulgação de seus atos para prestar contas perante o cidadão. Essas são diretrizes inafastáveis deste Tribunal que pretendo zelar.

Anunciar o planejamento desta Casa para o início deste exercício de 2014 é fundamental para ampliar e valorizar as relações com os destinatários e colaboradores de nossas ações. Em que pese a limitação de recursos orçamentários para 2014, este Tribunal detém uma história de vanguarda, de comprometimento e experiência de seus agentes, juízes, Ministério Público, servidores e colaboradores, que confere a certeza de que os objetivos definidos serão plenamente realizados.

Para 2014, o Tribunal tem como metas nacionais julgar um percentual maior de processos em relação a 2013, identificar e julgar até 31 de dezembro deste ano, no mínimo, 90% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2011. Além disso, compete a este Tribunal e a todas as demais cortes eleitorais instituir unidade de gestão de processos e elaborar a cadeia de valor, cujos trabalhos já se encontram em andamento neste Tribunal, bem assim capacitar os gestores em governança no setor público. Teremos, ainda, que manter a disponibilização de 100% das decisões judiciais proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia e reduzir a taxa de congestionamento em 2% em relação ao ano anterior para garantir agilidade nos trâmites judiciais.

Considerando que estamos em ano de eleições gerais, pretendemos também enfatizar a execução de projetos como o Programa do Eleitor do Futuro, Mesário Voluntário, Patrulha Eleitoral, Disque Eleição e Segurança das Eleições. Estes projetos são pilares importantes de auxílio às eleições e têm sido catalisadores do sucesso das eleições neste estado.

Apoiar os trabalhos da Escola Judiciária Eleitoral e da Ouvidoria Regional Eleitoral também será uma das metas para este ano, visto que a escola e a ouvidoria são unidades estratégicas para se alcançar a excelência nos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Por isso, os serviços de capacitação e informação oferecidos por essas unidades são objetivos prioritários que merecerão apoio constante neste exercício. E, bem a propósito, comunico a vossas excelências que a ouvidoria executou, planejou e já está prestes a oferecer ao público a sua cartilha.

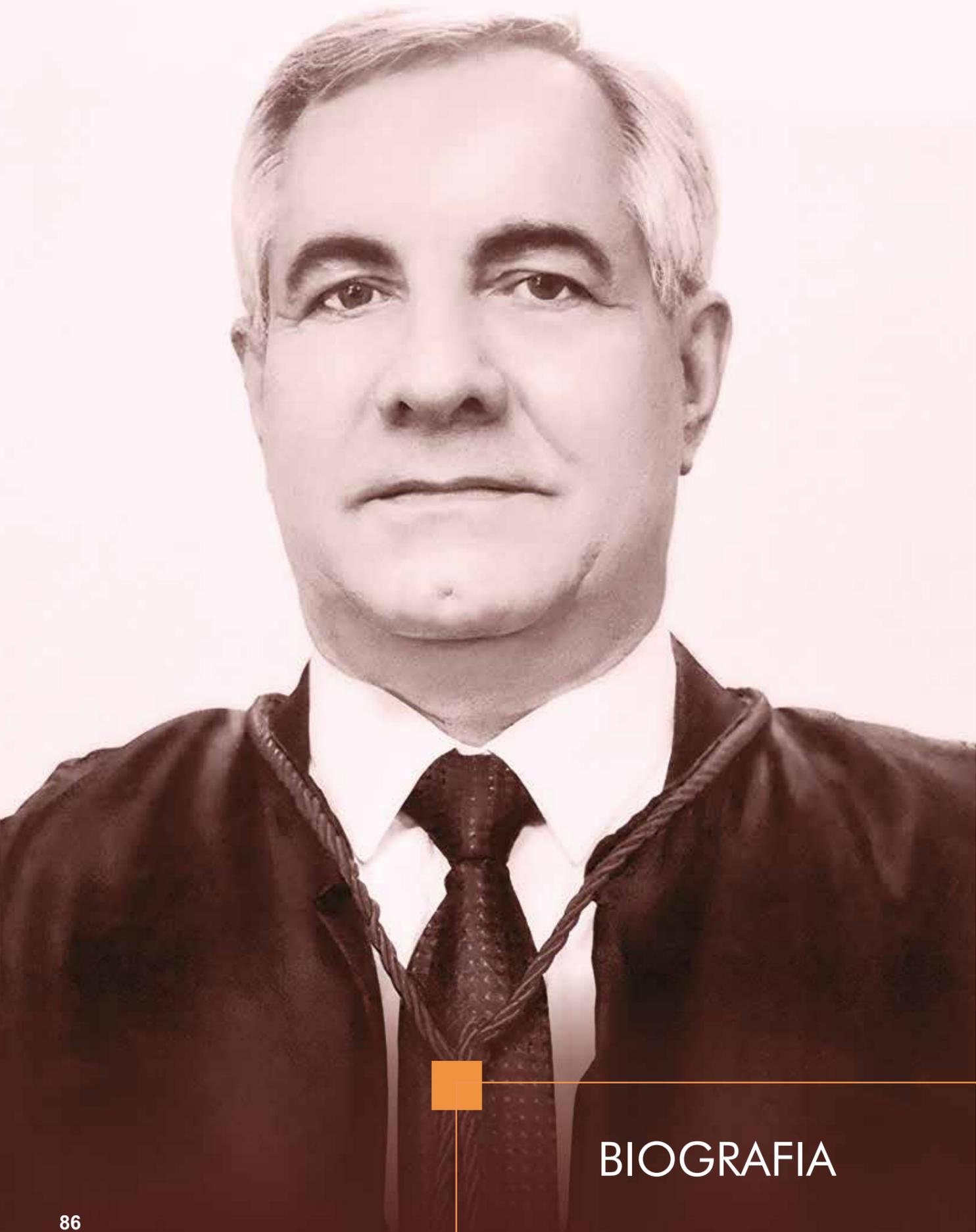
A ação estratégica no campo da publicidade que merece nota é a maior aproximação deste Tribunal com a imprensa. É sabido, hoje, que o Brasil usufrui de uma liberdade de imprensa inédita, fruto da Lei maior em vigor. A liberdade de imprensa tem ultrapassado o aspecto formal para se materializar nas mais diversas opções de informações de comunicação. Sabemos que nem sempre foi assim, portanto, no estágio mais avançado, nos dias de hoje não se admite retrocesso. É preciso avançar sempre a imperiosa aproximação com a imprensa como forma de divulgar nossos atos e conservar este sagrado pilar da nação. Não há democracia sem imprensa livre. E Rui Barbosa já dizia, *“A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça”*.

Também é meta para este ano a revisão e regulamentação de inúmeras normas internas com intuito de dinamizar os trabalhos administrativos e de realização das eleições tais como: competências das zonas eleitorais, a fim de otimizar os trabalhos dos cartórios eleitorais; seções especiais para atender o voto em trânsito de detentos, de portadores de necessidades especiais e idosos; agregação de sessões; expedição e pagamento de mandados cumpridos por oficiais de justiça; cessão de servidores por outros órgãos ao TRE/RO; programa de assistência médica e social destinado aos juízes, servidores e dependentes; licença para capacitação de servidores.

Para a realização do pleito eleitoral propriamente dito temos como meta a realização de seminários e reuniões sobre temas eleitorais, visando prestar o máximo de informações aos candidatos, partidos políticos, advogados e sociedade em geral, como forma preventiva à prática de ilícitos eleitorais. Esta presidência já está planejando um grande seminário para meados deste semestre, destinado a eleitores, juízes eleitorais, membros do Ministério Público, imprensa e advogados. Procuraremos estimular os juízes eleitorais e Ministério Público a participarem efetivamente dos preparativos para eleição geral.

Estas são as perspectivas, objetivos e ações que pretendemos observar e realizar neste ano. Para tanto, conto como sempre aconteceu na história desta instituição vanguardista, com o indispensável apoio de todos os juízes membros desta Corte, do diligente Procurador Regional Eleitoral, dos membros do Ministério Público, da Magistratura Estadual, dos partidos políticos, dos candidatos, dos advogados, da

sociedade civil e dos nossos qualificados e comprometidos servidores, para que possamos de forma participativa, planejada, transparente, firme e serena cumprir o nosso mister e preservar as condições isonômicas das disputas nessas eleições, evitando que a legitimidade da representação eleitoral seja comprometida pelo abuso de poder, da corrupção e da fraude. É desta forma que este Tribunal pretende contribuir para a consolidação da democracia e desenvolvimento deste país. Assim, agradeço a presença de todos e conclamo a todos a participarem da Administração deste Tribunal, possibilitando cumprir com excelência a responsabilidade que nos foi confiada.



Rowilson Teixeira

Desembargador | 2016-2017

Nascido em Caldas/MG no dia 15 de fevereiro de 1955. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre/MG em 1981, atuou como profissional nos ramos do direito do trabalho, civil, comercial, tributário e penal. Foi professor de economia terciária, direito e legislação, bem como direito civil durante os anos de 1982-1995. Foi secretário da OAB/RO-Ji-Paraná biênio 1989-1990. Conselheiro Estadual da OAB/RO no biênio 1993-1994. Presidiu a OAB/RO-Ji-Paraná no triênio 1995-1997. Foi suplente de Conselheiro Estadual da OAB/RO triênio 1998-2000. Foi Vice-Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Rondônia (triênio 2001-2003).

Ingressou na magistratura ao ser nomeado Desembargador pela vaga do quinto Constitucional em 03/07/2001. Tomou posse como Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, biênio 2004-2005, dirigiu a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON de 2006 a 2007 e exerceu o cargo de Presidente no biênio 2014-2015.

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor no biênio 2010-2011 e de Presidente no biênio 2016-2017.

BIOGRAFIA

DISCURSO DE POSSE

Rowilson Teixeira

Desembargador | 2016-2017

Exmo. Sr. Desembargador Presidente, meus senhores, minhas senhoras e meus amigos.

Dizia Santo Agostinho que: *“Mesmo que tenha feito uma longa caminhada, sempre haverá mais um caminho a percorrer”*. Na minha posse como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, para o biênio 2014/2015, escrevi e li:

“Acredito que a Justiça tem que ser cada vez mais uma instituição a serviço das partes e do povo, e que os seus direitos sejam a maior preocupação do Poder Judiciário, um dos principais responsáveis para a existência de paz. A Paz social interessa a todo o cidadão e é obrigação do Estado.

Não existe outro caminho senão a união de forças, em especial dos encarregados pela Justiça, Educação, Saúde e Segurança, num esforço contínuo para manter este estado de espírito e de coisas capazes de conduzir o homem a um caminho mais suave e civilizado para as grandes transformações”.

Agora, assumo a Presidência deste Tribunal com o mesmo propósito e agradeço a Deus por esta nova jornada que me é posta à prova. Como já se consolidou na tradição deste Regional, o momento da sucessão presidencial é, talvez, o mais oportuno para prestar a devida homenagem àqueles que, ao deixarem o cargo, fecham um ciclo de plena dedicação ao desenvolvimento de nossa Justiça Eleitoral e, dessa forma, contribuem, sobremaneira, ao aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Aproveito o ensejo para render a merecida homenagem ao Desembargador Moreira Chagas, a quem sucedo na Presidência desta Casa e ao Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, magistrados cultos e competentes, que cumpriram com louvor os seus papéis perante administração desta Corte.

Nesta oportunidade, entra em exercício neste Regional, o Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior, ilustre magistrado, o qual, dada a magnitude da bagagem profissional, tenho certeza que desempenhará com maestria as tarefas da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral. E de igual forma aos demais membros desta Corte o nosso respeito e a esperança de, juntos, desincumbirmo-nos do nosso papel constitucional com zelo, afinho e serenidade necessários aos deslindes das questões submetidas à Corte.

Ramo especial do Poder Judiciário, compreendo a relevância da Justiça Eleitoral como instrumento autônomo e independente na defesa de tantos institutos, que garantem o exercício da cidadania, uma vez que zela pelos direitos políticos dos indivíduos, ativa e passivamente, concretizando o estilo de vida dos brasileiros, amantes da renovação dos homens no poder e no respeito às minorias.

Não obstante, é certo que os avanços conquistados em matéria político-eleitoral são também resultado de uma contínua e profícua gestão administrativa tanto do TSE como dos TRE's, aos quais devemos merecida homenagem.

O trabalho realizado desde a Constituição de 1988 tem consolidado um dos mais longos períodos de normalidade eleitoral e de estabilidade democrática de nossa história republicana. Sabe-se que, antes do advento da Constituição de 1988, o desenvolvimento institucional do País passou por instabilidades e turbulências, que, não raras vezes, obstaram a prática democrática.

Contudo, é deveras preocupante, neste momento, a reforma política que está sendo discutida no Congresso Nacional. Venho acompanhando os debates sobre o tema e considero que as alterações devem ser feitas a partir de muita reflexão pelos congressistas, porquanto, sabemos da necessidade de implementação de algumas delas e com urgência, para evitar a possibilidade da existência de ditaduras partidárias, a exemplo do que ocorre aparentemente hoje em nosso país. Em 2016, teremos uma complexa eleição municipal a realizar.

Caberá a este Tribunal, mais uma vez, preparar esse ato cívico com a tradicional transparência, celeridade e qualidade de conduta, e não será comprometida por problemas ditos orçamentários.

Para garantir a isonomia entre os candidatos e a lisura do pleito, combateremos, com veemência, a propaganda eleitoral ilícita, a fraude, as práticas abusivas de poder econômico e político, a captação de sufrágio vedada em lei, e tantas outras irregularidades que possam macular o processo eleitoral.

Vamos estar atentos às prestações de contas dos candidatos e ao combate do “caixa dois” e às doações irregulares de campanha. E para se obter aquela paz no início mencionada, é necessário conclamar os eleitores rondonienses a escolherem seus representantes com consciência e responsabilidade, depositando seu voto em candidatos com pretensões de estadistas e vocacionados a proteger as futuras gerações e não em oportunistas demagogos que se preocupam em somente vencer a próxima eleição.

Precisamos de homens que cuidem dos interesses e dos bens públicos de maneira regular e moralizada, e não de homens que atuam no espaço para ampliar suas regalias e para fazer crescer seu patrimônio pessoal à custa do dinheiro público. Após um ano de autocrítica a respeito das práticas político eleitorais, a sociedade brasileira certamente estará mais preparada para o pleito eleitoral de 2016.

E esse preparo deve consistir em gostar de política, aprender a escolher os bons candidatos, evitar cometer erros na escolha, pois uma decisão errada, certamente, colocará para nos governar a hipocrisia, a demagogia e a mentira.

Nesse cenário, ressalto a importância dos juizes eleitorais para o bom êxito dos resultados, pois eles, juizes, com os servidores, são a base em que se apoia a justiça eleitoral em todo o Estado e dos quais muito depende a eficiência desta Justiça especializada.

Conto também com a operosidade e experiência de todos os servidores da Justiça Eleitoral rondoniense. E desta gente faço questão de anotar que já ouvi elogios da própria Ministra Carmem Lúcia do STF, quando afirmou que a Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia era a mais organizada entre as existentes no País.

Aí a minha homenagem, mas aí um bom motivo para que se possam fazer grandes exigências. Desejo construir uma gestão baseada na eficiência e humanização, com plena e ampla transparência, sem surpresas.

Minha meta é uma só, como tem sido em todo o decorrer da minha vida: TRABALHAR e TRABALHAR. Por fim, esta Corte saberá corresponder aos anseios da sociedade politicamente mais informada e esclarecida. Os desafios que se impõem serão, certamente, mais complexos, típicos de uma sociedade também complexa e plural. Faremos a nossa parte. Obrigado! E que Deus nos ilumine!

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2017

Rowilson Teixeira

Desembargador | 2016-2017

Declaro aberta a sessão, cumprimento os integrantes desta Corte e o Procurador Regional Eleitoral, João Gustavo de Almeida Seixas. Cumprimento os juizes de todas as Zonas Eleitorais do Estado Rondônia, promotores eleitorais, advogados, servidores, representantes de partidos políticos e cidadãos em geral. Inauguro o Ano Judiciário de 2017, muito embora ainda se atribua ao Poder Judiciário um certo isolacionismo social, inaugurar o ano judiciário tem sido uma boa prática administrativa, que permite aos tribunais prestar contas à sociedade daquilo que já foi feito e do que se pretende realizar. É uma oportunidade de apresentar aos jurisdicionados as diretrizes, perspectivas e ações de trabalho a serem observadas durante o ano judiciário que se inicia.

Dentre as várias ações implementadas no ano de 2016, pontuo o êxito na realização das eleições municipais, destacando o profícuo e árduo labor dos membros desta Corte no julgamento célere dos recursos que aqui aportaram, bem como dos juizes e promotores eleitorais, servidores dessa Justiça Especializada e colaboradores, a fim de que o processo eleitoral transcorresse dentro dos prazos legais, preconizados pelo calendário eleitoral. Bem como destaco que foram julgados 1.446, no 2º grau, e 9.085 processos judiciais no 1º grau de jurisdição. Na área administrativa enfrentando um grande desafio, num exíguo prazo de seis meses, destaco o retorno do funcionamento deste Tribunal e do Fórum Eleitoral Lourival Mendes de Souza, que abriga as sete zonas eleitorais da capital, às sedes próprias, notadamente, antes do início do período eleitoral, medida que evitou o gasto significativo com a locação de vários imóveis, otimizando-se o uso dos recursos financeiros para realização das eleições.

Merece lembrar, ainda, com honra e grande satisfação, de termos sido agraciados com a conquista do SELO OURO, reconhecimento outorgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que se destacaram no cumprimento de metas e indicadores nacionais do Poder Judiciário.

Este Tribunal tem procurado cumprir sua missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral realizando eleições e prestando a tutela jurisdicional de modo tempestivo, responsável, sem jamais se afastar do compromisso dos valores constitucionais.

É importante registrar que o atual momento por que passa o país impacta o

funcionamento de toda a máquina pública e neste contexto enfrentaremos um cenário de cortes orçamentários vultosos, que refletirão diretamente nos programas e projetos idealizados para 2017. Contudo, é marca registrada deste Regional a capacidade de superar obstáculos, por meio de sua eficiência, do comprometimento, da criatividade e da inovação, e em 2017 não será diferente. Me cabe aqui citar o trecho do livro “Direito para Todos”, de autoria da Ministra Carmen Lúcia: *“o homem não vive de intenção, mas de gestos, é o agir que conduz a construção, a produção, a partilha que dão a efetividade aos direitos reconhecidos e declarados, querer apenas que as coisas deem certo, que as relações sejam harmoniosas, que a vida siga sem guerra não garante a paz”*.

No âmbito judicial, almejamos cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário e as metas de caráter interno, definidas no planejamento estratégico. Outro projeto ambicioso deste Tribunal será realizar o recadastramento biométrico em dezesseis municípios do Estado de Rondônia, a saber: Cacoal, Alto Alegre dos Parecis, Cerejeiras, Chupinguaia, Corumbiara, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras, Presidente Médici, Rolim de Moura, Santa Luzia, São Filipe do Oeste e Vilhena.

Além disso, tenho como compromisso na minha gestão licitar todos os projetos necessários à construção da nova sede do Tribunal. O primeiro significativo passo já foi dado, contratando empresa especializada para elaboração do projeto executivo arquitetônico. E a partir da entrega dos projetos procederemos à licitação para a contratação da empresa responsável pela construção do novo prédio, que priorizará a sustentabilidade ambiental, modernidade e economicidade, terá como objetivo principal possibilitar o acesso fácil do cidadão ao espaço da Justiça Eleitoral na capital rondoniense, cumprindo sempre a política estratégica instituída pelo regional e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União.

No segmento da gestão pessoas, diversas são as ações e metas direcionadas à valorização dos servidores e dinamização do trabalho administrativo e cito algumas como, regulamentação das normas internas relacionadas às competências funcionais dos servidores das zonas eleitorais; concessão de licença capacitação; revisão de normas do Programa de Assistência Médica; banco de horas e a criação do portal do servidor, iniciativa que permitirá que o servidor tenha acesso aos seus dados funcionais, a exemplo do contracheque, de ponto, de banco de horas de férias entre outras informações.

Assim, para a concepção dos projetos e ações planejadas de 2017, conto novamente com a redobrada disposição para o trabalho dos eminentes pares, com a colaboração do Ministério Público, bem assim com a dedicação e afinco dos juízes e promotores eleitorais e servidores desta Casa para realizar nossas pretensões. Com o

mesmo espírito de harmonia e colaboração que compartilhamos ano passado, desejo a todos que o ano de 2017 seja repleto de boas realizações. Muito obrigado.

Sansão Saldanha

Desembargador | 2018-2019

Nascido em Carolina/MA no dia 26 de junho de 1950. Bacharel em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF em 1979. É Mestre em Direito Constitucional pela UFMG em 2006. Aprovado no segundo Concurso Público para ingresso na Magistratura do Estado de Rondônia, foi nomeado Juiz de Direito da 3ª Seção Judiciária na Comarca de Presidente Médici, 1ª Entrância em 1985; Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena em 1986; Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná em 1986-1991; Juiz de Direito da Vara de Execuções e Contravenções Penais em 1991-1992; Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública em 1992-2003.

No Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, exerceu o cargo de Corregedor-Geral no biênio 2008-2009 e de Presidente no biênio 2016-2017.

Na Justiça Eleitoral atuou como Juiz na 14ª ZE - Presidente Médici (1985 - 28/01 a 20/12; 1986 - 01/02 a 06/07, 03 a 11/09; 1987 - 02 a 16/02; 1988 - 07 a 20/02); 22ª ZE - Porto Velho (1995 - 29/09 a 19/12; 1996 - 01/02 a 30/06, 01/08 a 19/12; 1997 - 01/02 a 10/08, 16/08 a 28/09); 21ª ZE - Porto Velho (2002-2003). Foi Juiz Auxiliar do TRE/RO no ano de 1994. Foi membro titular do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 1998- 2000.

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Corregedor no biênio 2012-2013 e de Presidente no biênio 2018-2019.

BIOGRAFIA

DISCURSO DE POSSE

Sansão Saldanha

Desembargador | 2018-2019

Egrégia Corte Eleitoral, autoridades civis e militares já anunciadas, senhoras e senhores.

O Brasil é uma grande nação. Rondônia, um novíssimo Estado, que agora começa a colher os frutos do trabalho e do esforço de sua gente pioneira. Entretanto, sabemos o que é a democracia. E percebemos que no país todo ela anda aos trancos e barrancos. Isso faz-nos crer que a democracia ainda está incompleta. Não basta, em um vasto mundo como este, haver cidadãos com título de eleitor, votar a cada dois anos, ou ser votado nesse mesmo período.

Para uma democracia integral é preciso que o cidadão tenha plena liberdade física e vontade garantida pelo Estado, participe das decisões de interesse coletivo efetivamente; possa opor-se às caturrices dos representantes. De sua vez, os representantes eleitos, delegatários, são obrigados a agir conforme os fins institucionais.

Jamais aos representantes é permitido impor sua vontade, para satisfazer interesses pessoais, usando para isso do mandato que lhe é outorgado; nunca o representante deve apoderar-se do dinheiro público; esconder milhões em paraísos fiscais, ou furtivamente arrastar mala de dinheiro pelas penumbras das ruas da cidade. Receber, ou dar propina, nem pensar. Essas coisas que se vê todo dia Brasil afora, denigre e enxovalha a cidadania. Os cidadãos que fiquem atentos! E os agentes públicos, conscientes de suas responsabilidades que trabalhem incansavelmente, para construir uma barreira moral protetora da sociedade.

A primeira coisa a fazer é o cidadão adquirir o conhecimento necessário para fortalecer os direitos políticos que lhe assegura a maior lei – a Constituição. Aos agentes públicos cabe laborar com afinco, para resgatar o cidadão das malhas do engodo montado por alguns de má-fé, aqueles que recebem a paga dos malfeitores. Não creio que é coisa da república, essa de as instituições serem postas em confronto, sob o comando de falsos líderes, que, ao fim e ao cabo, pretendem apenas se blindar dos avanços da justiça criminal.

Livres, eles aumentam o número de desonestos soltos. E os honestos se vêm como minoria impotente. Que os probos fiquem em alerta e não se acanhem e lembrem do que disse Mahatma Gandhi: “Nunca te desculpes por seres correto. Se és uma minoria de um só, a verdade continua sendo a verdade”. A honestidade é a melhor política, disse alguém. As instituições são instrumentos da república destinadas a prestar serviço ao cidadão, para que alcancem a felicidade e a paz sociais.

Todo mundo tem pleno conhecimento da descompostura dos falsos representantes; conhecem de sobra suas condutas deletérias dos bens públicos. Sabem quem são eles e onde vivem. Para repudiá-los, basta desapegar-se das vagas promessas, aquelas que nunca são cumpridas. É urgente a reconstrução de uma cultura política, em seu sentido mais universal.

Por que não começar por Rondônia, pela Justiça Eleitoral, pela OAB, MP, Defensoria Pública, Partidos Políticos?

Convido homens e mulheres de bem para com desprendimento assumir esse compromisso e, cada qual, por si mesmo, combater com o voto as fantasias midiáticas, o faz de contas da política vigente. Com isso, o eleitor avaliará o candidato pelo que ele é; conquistará a idoneidade de eleitor e de representante do povo. Contamos ombrear, para esse desiderato, com a OAB, o MP, a Defensoria Pública.

Por fim, com os Partidos Políticos, aqueles de melhor constituição, e de filiados de reputação ilibada. A Justiça Eleitoral é para garantir o exercício da democracia, assegurando os fins da república, permitindo a todos os bons homens e mulheres a participação nas decisões de interesse da comunidade. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é composto por juízes íntegros, entre os quais, a partir de agora teremos assento por um período de dois anos.

É uma honra receber do Desembargador Rowilson Teixeira e Desembargador Waltenberg Júnior, a herança de administradores eficientes, para uma gestão conjunta com o Desembargador Kiochi Mori. Estejam certos, seremos fiéis garantidores dos direitos políticos do povo rondoniense. Se depender de nós, a democracia, a cidadania e a república farão a diferença por aqui, por Rondônia. Por isso e para isso trabalharemos todos os dias da nossa administração.

Vamos deixar registrado que no funcionamento da política séria, a soberania nacional e os direitos fundamentais da pessoa devem ser respeitados e postos sempre em destaque na prática do regime democrático. A democracia ainda é o melhor regime político. É a arma do dono do poder: o povo político.

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2018

Sansão Saldanha

Desembargador | 2018-2019

Egrégia Corte Eleitoral, autoridades já anunciadas pelo orador, autoridades civis e militares, senhoras e senhores. Repito o que se ouve e se diz todo santo dia neste mundo afora: a democracia ainda é o melhor regime político. É a arma do dono do poder: o povo político.

Estaríamos nós sabendo usar esse poder? Sabendo nós usar, me refiro às duas vias que toma a cidadania: a via do eleitor e a do eleito, aquele delegando o que não pode fazer diretamente, e este se comprometendo a desempenhar o poder público para o bem-estar da sociedade.

Em 1988, a Constituição Brasileira rompeu os grilhões da Ditadura e fixou a Democracia como instrumento de gestão dos interesses da sociedade. Esses interesses se enredam de um modo geral na participação do indivíduo nas deliberações estatais, por si, ou por um representante escolhido em escrutínio, para tanto regulado na lei.

No fim, todos hão de trabalhar para a felicidade de todos, igualmente considerados. No entanto, tudo deixa crer que poucos andam se preocupando em fazer bom uso desse poder. De um lado, quem elege não presta muita atenção nas qualidades de quem está sendo votado e, quando conhece bem a pessoa, faz vista grossa para as incompetências do sujeito.

Do outro lado, ao eleito falta a responsabilidade suficiente para conhecer e conceber que está ali eleito, para trabalhar em prol de todos. Isso quando ambos não são massacrados pelo regime político perverso, que os envolve. Ante o que se nota todo dia, alguém está falhando no exercício do poder democrático. E falhando por incompetência humana e má-fé. Por que cidadãos têm que passar a noite em filas esperando uma “senha”, para matricular os filhos? Que sensação sente alguém que não consegue ingressar em um hospital, ou ambulatório, para tratar de uma doença, ou prevenir uma epidemia? Constantemente a mídia mostra escolas, hospitais, estradas, ruas e repartições públicas sucateadas e abandonadas ao deus-dará.

Isso tudo é consequência das más leis e más gestões. Ou ausência de leis. Mas ao mesmo tempo se vê muitos representantes eleitos pelo povo, tratando com afinco, em todos os lugares e a qualquer hora, de escusos interesses particulares, ou de terceiros, que lhes são próximos, ou de grupos e conglomerados, severamente alheios aos interesses públicos. Por falta de eficaz cumprimento da lei, os números da violência urbana e no campo assustam. São assaltos, roubos, tráficos, invasões e mortes no

trânsito. No país tem morrido mais gente do que nas guerras e nos ataques terroristas. Por desobediências às leis do trânsito, se contam as multas aos milhares.

Ao contrário dos tempos da idade média, hoje a humanidade dispõe de instrumento e conhecimento suficientes para combater a peste, a fome e a guerra. No entanto, está sendo indiferente a utilizar a tecnologia moderna, para fazer o bem comum.

O conhecimento adquirido sobre a biotecnologia e a tecnologia da informação era para estar sendo usado a favor de todo nós brasileiros, para dizer o mínimo. Os titulares eleitos do poder devem, por conseguinte, atentar para isso, e o cidadão tem de escolher só quem demonstre competência para a legislação, a jurisdição e a administração.

O Estado de Rondônia já teve oportunidade, de por duas vezes, afastar de sua política elementos prestigiados, que queriam fazer daqui a sua fazenda de gado, ou seu banco financeiro de corrupção. O resultado dessa cura está aí. No decorrer da crise dos três últimos anos, o trabalho e a dedicação do cidadão na economia local e dos bons legisladores e administradores eleitos no estado, que bem souberam aplicar os impostos, alçaram Rondônia a posição privilegiada nos negócios da economia e da gestão pública.

Nesse contexto, o que vai fazer o povo brasileiro com o poder da democracia? Atualmente podemos dizer: há insegurança democrática, mas não falta de democracia. Se algo sai do controle, isso deve ser mais por incompetência humana.

É considerado correto afirmar que o resultado negativo é mais falha humana do que deficiência do regime político. Como asseguram os hábeis cientistas políticos, são os perigos inerentes à natureza humana tudo isso que se vê.

Para combater, o principal instrumento é o conhecimento. A contrário senso do que escreveu recentemente um articulista numa revista de circulação nacional, afirmamos que, no estágio em que estão as condutas dos homens e mulheres públicos, a política vai se resolver com a atuação nobre do advogado, do Promotor e do Juiz. Vejam, por exemplo, a depuração que se está fazendo com várias operações policiais, que cruzam o país.

Aqueles que se desviaram do bem comum estão prestando conta à sociedade a duras penas. É um efeito moral muito grande, que termina por consolidar os princípios éticos que são exigidos daqueles que se propõem de boa vontade e conscientes a trabalhar em benemerência da comunidade.

O não cumprimento da finalidade pública da delegação, se não se resolver na política, se resolve na justiça. Esse será nosso credo. A agenda da justiça, para este ano eleitoral, se concentrará nos atos e fatos mais próximos do cidadão, para que se amplie o conhecimento do eleitor, para uma deliberada escolha consciente do representante de sua comunidade, bem assim na aplicação estrita da lei eleitoral, para que o pleito seja correto, e para que cada pretendente concorra sabendo da sua responsabilidade.

Declaro abertos e iniciados os trabalhos para o decorrer deste ano judiciário eleitoral de 2018, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia. Peço sabedoria para os juízes integrantes desta Corte, a fim de que possamos julgar com justiça. Muito obrigado.

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2019

Sansão Saldanha

Desembargador | 2018-2019

Boa tarde a todos. Declaro aberta a sessão e, iniciando as atividades do TRE/RO, faremos referência ao que foi feito, foi trabalhado e que pretendemos realizar no decorrer do corrente ano. Desejo boas-vindas a todos os membros da Corte.

Tivemos um momento de transição no executivo com a mudança de presidente, estamos vivenciando o vigésimo primeiro dia de experiência com o novo governo e fazem parte da própria vida da nação e da nossa vida as mudanças, as questões novas, as esperanças, as expectativas. Com certeza, dada a capacidade nossa brasileira de resiliência ou ajuste às condições novas, não há nada que venha que nos crie aborrecimento e instabilidade. Somos capazes de enfrentar tudo isso, como já enfrentamos e vamos, com certeza, colher os melhores frutos possíveis, que oferecerem os gestores e administradores.

O Brasil é grande e forte e trará o melhor para todos, em especial ao Estado de Rondônia, que mostrou crescimento nesses últimos cinco anos. Mesmo em anos de dificuldades no país, conseguiu nos últimos quatro anos mostrar que tinha e vai ter capacidade de gestão e de administração. Daqui para frente vamos continuar nessa conquista com novos administradores e as diferenças políticas sem dúvidas serão colocadas de lado e a vida continua. Nós da Justiça Eleitoral vamos nos dedicar a prestar esse serviço de grande importância para a sobrevivência do indivíduo, da manifestação do seu interesse e de seus direitos de escolher seus gestores e administradores. De forma que desejo que o ano de 2019 seja bastante produtivo, profícuo e de tranquilidade.

Ano passado, como vimos, foi um ano de eleição. Então, tudo que se fez praticamente foi voltado para o planejamento e concretização do necessário para culminar na realização das eleições.

Envolveu o planejamento de várias ordens, planejamento integrado, planejamento estratégico, contratações, reinstalação do Data Center. Ação essa muito importante, pois após a enchente que tomou conta do prédio o Data Center ficou localizado no CPA, lá permaneceu durante duas gestões e conseguimos mover e instalar no lugar devido e está funcionando, o que nos dá mais garantia e segurança. Outro trabalho desenvolvido a ser destacado foram as reformas, estudos e contratações de reformas prediais nos cartórios do interior do Estado, promoção e aperfeiçoamento de governança e gestão de risco, bem como o incremento da infraestrutura.

A par de todo esse trabalho administrativo, foram julgados 992 processos, entre os quais 675 foram registros de candidatura, 214 representações e 56 prestações de contas e vamos prosseguir com os julgamentos das prestações de contas da última eleição, daqueles candidatos que não foram eleitos.

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2019

Sansão Saldanha

Desembargador | 2018-2019

Iniciaram-se alguns projetos que, sem dúvida, terão continuidade no corrente exercício, em especial, o da memória das eleições, voto feminino, eleitor em perspectiva, além do planejamento estratégico, alinhando as despesas com as necessidades do Tribunal.

Outra ação será a obtenção junto ao TSE da liberação de orçamento para construção do novo edifício-sede do Tribunal e Anexos e Fórum Eleitoral de Porto Velho previstos no plano de obras do Tribunal e reformas como a instalação e elevação da estação elétrica. Insistir como sempre nas melhorias da governança da Justiça Eleitoral, bem como no sistema de comunicação da Secretaria de Tecnologia Informação e Comunicação.

Sob essas perspectivas vamos realizar o aperfeiçoamento da gestão e julgar todos os conflitos que chegarem às nossas mãos. Um projeto ao qual chamo a atenção, depois de um encontro no colégio dos presidentes em decorrência da eleição, é implementar serviços relacionados com a segurança das eleições, que levará conhecimento ao cidadão sobre as urnas eletrônicas, sobre a segurança da votação e do processo eleitoral como um todo, levando a transparência e conhecimento à população.

E tudo que disser a respeito à melhoria para as próximas eleições de 2020 vai se iniciar agora no decorrer do ano de 2019, para que se tenha uma eleição bastante segura em 2020 e plena confiança no sistema de votação da Justiça Eleitoral do país.

Então, a nossa vocação é essa: trabalhar em torno da eleição para que isso chegue a bons termos. Precisamos preparar instrumentos que servirão de meios a fim de atingir esses fins de maneira exitosa, com segurança e com garantia no exercício desse direito do cidadão.

Marcos Alaor Diniz Grangeia

Desembargador | 2020-2021

Nascido em Assis/SP no dia 02 de maio de 1961. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Fundação Eurípides Soares da Rocha em Marília/SP em 1983. É pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela PUC-SP em Poder Judiciário pela FGV Direito Rio e Mestre em Poder Judiciário, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Aprovado no quinto Concurso Público da Magistratura do Estado de Rondônia, foi nomeado Juiz Substituto da 1ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Porto Velho/RO em 1990; Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Espigão do Oeste em 1991, sendo promovido, naquele mesmo ano, a Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim, onde atuou até 17/05/1994.

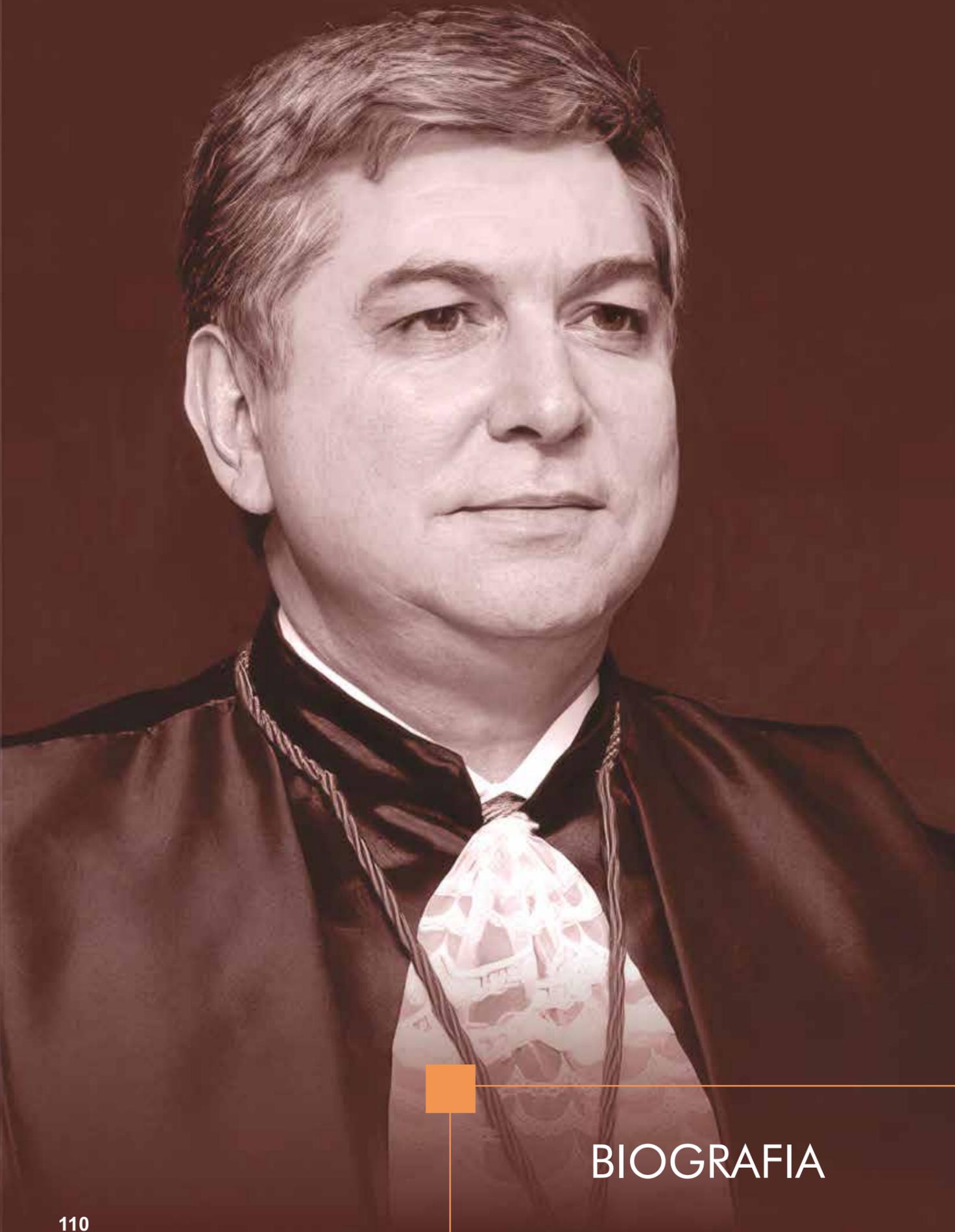
Atuou como Juiz de Direito na Comarca de Porto Velho 1994-1995; Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho 1995-2005; Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho no ano de 2005; Juiz Auxiliar da Presidência do TJ/RO 1996-1998 e 1998-2000; foi Vice-Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON de 1996 a 2005.

Desembargador desde 18/11/2005, foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 2010-2011.

Atuou nas seguintes jurisdições eleitorais: 12ª ZE - Espigão do Oeste (18 a 25/10/1991) e na 1ª ZE - Guajará-Mirim (23 a 31/12/1991; 01/01 a 04/03/1992; 01 a 31/08/1992; 30/01 a 02/03/1993; 08/04 a 14/04/1993; 04/10 a 17/11/1993; 01/02 a 13/05/1994).

Compôs a Corte Eleitoral como Juiz Auxiliar no período de 03/07 a 15/11/1994.

Aos 29/11/2019, em sessão solene no plenário da Corte Eleitoral, tomou posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para o biênio 2020-2021.



BIOGRAFIA

Marcos Alaor Diniz Grangeia

Desembargador | 2020-2021

DISCURSO DE POSSE

Começo dizendo que tentarei ser breve em homenagem ao tempo das dignas autoridades que, gentilmente, se fazem presentes na Corte nesta tarde solene em que se renova a administração e a composição do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com a minha posse e a posse dos ilustres Desembargadores Alexandre Miguel, Daniel Ribeiro Lagos e Hiram Marques, nos cargos de presidente, vice-presidente e suplentes, respectivamente.

Desde logo, agradeço as honrosas presenças de todos nesta solenidade, pois a vinda das senhoras e senhores a abrilhanta, nos confere legitimidade e prestígio a Justiça Eleitoral.

A ideia de matriz está no Eclesiastes I, 4-6: “Uma geração vai, e a outra geração vem, mas a terra para sempre permanece”.

À atual Corte Eleitoral e aos seus administradores, que na data de hoje nos dão posse, coube a missão de vir, de dar continuidade, de aperfeiçoar, de implementar novos serviços, de prever novas diretrizes e de proferir novos comandos para que a jurisdição eleitoral pudesse fazer valer, em todo o Estado de Rondônia, a soberania da cidadania, expressa pelo voto, ungindo a nação e o santo Estado Democrático de Direito com um banho de democracia.

Aos membros da Corte e aos seus administradores, Desembargadores Sansão Saldanha e Paulo Kiyochi Mori, o nosso muito obrigado. O trabalho profícuo de vossas excelências no biênio 2017-2019 está registrado nas intensas atividades do Tribunal, que proporcionaram eleições limpas e justas no pleito ocorrido no último ano.

A geração que vem e toma posse neste ato e as que virão, tenho plena convicção que saberão honrar o legado para que a terra sempre permaneça, ou seja, para que a democracia continue sempre entre nós. Servir a Justiça Eleitoral é servir a democracia.

A democracia não é obra completa. Ela está sempre em processo de construção e, para tanto, exige instituições sólidas, Judiciário independente, Ministério Público atento, Advocacia atuante, Legislativo e Executivo voltados para a atuação em prol do bem comum.

Deslegitimar o Judiciário, atacar o Ministério Público, desmerecer o trabalho da advocacia, criminalizar a política, ignorar o trabalho honesto dos que ocupam o Legislativo e o Executivo é conspirar contra a democracia e essa atuação nefasta deve ser repelida por todos de forma enérgica.

Como asseverou a Ministra Rosa Weber em seu discurso de posse na presidência do E. Tribunal Superior Eleitoral: “Os desvios, as deficiências na educação e na cultura, a desigualdade na distribuição da riqueza, a corrupção de agentes públicos e privados não podem em absoluto obscurecer a ideia de um poder que emana do povo e que para o povo e em seu nome SERÁ exercido”.

Do resultado das urnas, manifestada pela soberania do voto, nasce uma normatividade simples. Quem perde, deve reconhecer democraticamente o ganhador. Quem ganha deve ter humildade na vitória e governar para todos. É simples assim.

A beleza da democracia está em poder errar e acertar a cada eleição. Está na possibilidade de retirar ou manter no poder aqueles que erram ou acertam. Está na certeza de que nossos filhos e as futuras gerações podem ter esperança. Cabe à geração presente garantir que isso aconteça em plenitude de oportunidades.

Para que a esperança exista, cabe à Justiça Eleitoral garantir a lisura das eleições e com o rigor da lei, a celeridade, a imparcialidade e a legitimidade, impor a punição, o afastamento e o banimento do processo eleitoral democrático aos fraudadores da democracia.

Saibam todos que a Corte Eleitoral de Rondônia sempre esteve e sempre estará atenta aos maus políticos e aos maus eleitores que desrespeitam a soberania popular.

Nas palavras do poeta do nosso hino estadual: “somos sentinelas avançadas que, nestas paragens do poente gritam com força: somos brasileiros”. Repito: estaremos atentos! Repito: seremos inclementes e, observado o direito de defesa, rápidos o suficiente para impor aos fraudadores da democracia aquilo que a lei, expressão da vontade do povo e obra do legislativo, impõe a eles como penas adequadas.

Aqui a primeira diretriz, que penso já presente nos trabalhos jurídicos da Corte, mas que por nós será fortalecida e diariamente incentivada, pois tenho certeza de que a celeridade, a eficiência, a eficácia, a aplicação estrita da lei, a verticalização da jurisprudência e a orientação para o justo nos manterá em porto seguro.

Outra diretriz é dirigida aos abnegados servidores da casa, da capital e do interior. Às senhoras e aos senhores cabe a dupla função de suprir as necessidades de trabalho dos membros da Corte, dos juízes eleitorais de primeiro grau de jurisdição e garantir a logística para que o show da democracia aconteça no dia das eleições. Não é tarefa fácil.

O show tem hora para começar e acabar. Nada pode falhar. Todos os palcos de todas as zonas eleitorais, de todos os municípios do Estado de Rondônia deverão garantir a manifestação livre do eleitor, que faz do dia da eleição o show da democracia. Os servidores da Justiça Eleitoral sempre tiveram a perfeita noção da importância de seu trabalho e, exatamente por esta consciência é que as eleições em Rondônia sempre lograram êxito em apurar a expressão popular do voto. Do voto impresso, das estradas intransitáveis, da falta de comunicação. Sempre os servidores deram o melhor de seu trabalho e por este desempenho os reconhecemos e nesta perspectiva serão incentivados.

O show democrático das eleições não acontece sem a participação dos parceiros.

Desde forças militares, que nos dão a segurança para os trabalhos mantendo a lei e a ordem, à imprensa, aos órgãos dos poderes que no dia da eleição nos fornecem

funcionários e meios de locomoção, aos milhares de mesários, a centenas de servidores de outros poderes, aos inúmeros voluntários, que sempre de forma honrada e digna no dia da eleição nos emprestam sua força de trabalho, os meus agradecimentos por vossas valorosas atuações.

Relevo significativo quero emprestar aos parceiros da imprensa. Tenho plena convicção de que quanto mais liberdade de imprensa mais democracia. Mas isto não significa um atuar irresponsável, partidário e deslegitimado do processo eleitoral. A meu ver, cabe à imprensa uma atuação prestigiosa dos valores constitucionais democráticos, denunciando sempre os abusos por parte daqueles que dão pouco valor à soberania popular.

A imprensa livre, lúcida e responsável é sempre bem-vinda. A imprensa irresponsável que tenta influenciar negativamente o processo eleitoral deve ser repudiada, denunciada e punida na forma da lei.

Desde já fica a minha solicitação a todos os parceiros, para que estejamos juntos no próximo pleito onde serão escolhidos prefeitos e vereadores para todos os municípios do Estado de Rondônia.

No dia da eleição dá orgulho de ser brasileiro e servir à Justiça Eleitoral.

Sem prejuízo de outras compreensões.

No que toca às eleições municipais, penso sejam elas as mais importantes para a população, já que o povo não mora na União ou no Estado. Ele habita os municípios onde as políticas públicas e a presença dos políticos devem ser mais sentidas. É no município que o buraco da rua existe, é nele que os primeiros socorros à saúde são reclamados, é nele que a primeira educação é necessária, é nele em que os miseráveis, os pobres e os mais necessitados precisam da presença forte de políticas públicas capazes de assegurar a existência de uma sociedade justa, fraternal e solidária, criando condições de avanços sociais significativos.

Mas, não é raro ouvir de cidadãos que não se recordam do nome daqueles que receberam seus votos na eleição municipal. Isto não está certo. Isto tem que melhorar e cabe a nós, autoridades públicas, cada um a seu tempo e no seu campo de atuação, criar condições para mudar este cenário. No âmbito da Justiça Eleitoral, vejo uma grande oportunidade para nossa Escola Judiciária Eleitoral e para o Projeto Eleitor do Futuro.

Não devemos nos descuidar do presente.

A comprovação da lisura das eleições feitas com as urnas eletrônicas não é mais um desafio. Em todas as oportunidades em que houve questionamentos eles foram esclarecidos e os resultados comprovados por auditorias isentas que atestaram a imparcialidade da Justiça Eleitoral.

O desafio presente é coibir a esquizofrenia digital que pode ser praticada por certos candidatos e partidos. O nosso papel será o de garantir que as regras do jogo eleitoral sejam respeitadas.

Foi-se o tempo de eleições românticas. Vivemos tempos de polarização, em que as aspirações populares são manifestadas instantaneamente pelas redes sociais. Da mesma forma, vivemos o tempo das fake news nas redes sociais, capazes de destruir reputações e de influir de forma decisiva e negativa no processo eleitoral. Vivemos no tempo das campanhas praticadas por robôs que tentam subjugar a vontade soberana do eleitor.

É para esse desafio de manter incólume e livre a vontade do eleitor que devemos nos preparar. Devemos estar atentos à esperteza. Devemos estar atentos a tudo e a todos para repelir de forma eficaz qualquer tentativa de obstrução da manifestação democrática do voto.

Senhoras e senhores, é chegada a hora de reconhecimento, de renovação de compromissos e de agradecimentos.

Queremos, neste momento, reconhecer e reverenciar o trabalho de ex-membros deste Tribunal, de seus Presidentes e Vice-Presidentes. Vejo muitos aqui nesta tarde, motivo pelo qual os homenageio na figura proba das Desembargadoras Zelite Andrade Carneiro e Ivanira Borges, que foram Presidentes da Corte em tempos que reputo difíceis.

Não chegamos aqui sozinhos.

Foram os senhores que com seus trabalhos construíram a excelente reputação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. A nós cabe zelar por ela.

Queremos reconhecer em público o trabalho de excelência desenvolvido pelos Desembargadores Sansão Saldanha e Paulo Kiyochi Mori, que com os demais membros da Corte, no biênio 2017-2019, souberam, com maestria e honradez, conduzir o pleito que elegeu o Presidente da República, Senadores, Deputados Federais, Governador e Deputados Estaduais.

Reconhecer o trabalho diuturno dos servidores, pois mal acaba uma eleição outra já começa a ser preparada. Sem o denodo do vosso trabalho e do nosso esforço em prol da democracia a jurisdição eleitoral seria um fiasco.

Queremos renovar compromissos.

Com os membros da Corte o compromisso de fidelidade com a lei e respeito de pensamentos na divergência.

Com os colegas da magistratura eleitoral de primeiro grau renovar o compromisso incondicional de apoio logístico para realização de seus relevantes trabalhos no biênio 2020-2021.

Com os membros do Ministério Público Federal e do Estado renovar o compromisso de reconhecer relevo ao trabalho desempenhado por vossas instituições na realização de eleições limpas e justas.

Com a Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional de Rondônia, que segue os passos da Ordem Nacional, renovar o compromisso de que se mantenha vigilante no papel que sempre a norteou, qual seja, de ser protagonista da democracia.

Com os advogados que militam na Corte renovar o compromisso de agirmos com boa-fé processual, ainda que nossas opiniões não sejam convergentes.

Com os parceiros acima mencionados renovar o compromisso para que estejamos juntos no novo show da democracia que se avizinha em 2020 com as eleições municipais.

No que toca aos agradecimentos:

Queremos agradecer ao Tribunal de Justiça que possibilitou a mim e aos Desembargadores Alexandre Miguel, Daniel Lagos e Hiram Marques a honra de servir à Justiça Eleitoral.

Quero agradecer a amizade que nos une e dizer a todos que a Justiça Eleitoral sempre estará em boas mãos, de juízes experientes, titulares ou suplentes, seja na Presidência ou na Corregedoria.

Ao Desembargador Alexandre Miguel um agradecimento especial e antecipado em razão dos desafios que nos serão destinados. Seu conhecimento e nossa longa e fraternal amizade me dão a certeza e a segurança de que poderemos sempre confiar no resultado justo das contendas.

Não temos compromisso com o erro ou com a utopia da perfeição. Quando acertarmos não estaremos fazendo mais do que nossa obrigação. Quando errarmos estaremos de boa-fé e as instâncias superiores se encarregarão de corrigir o nosso erro.

Aos nossos familiares, esposas e filhos, agradecemos mais uma vez pela compreensão da ausência.

Aqui peço licença para agradecer a Geisa e a Victoria, sem vocês a minha vida não tem o menor sentido. Sem vocês sou um deserto. Como cantou o poeta Vinícius de Moraes, eu sem vocês sou um barco sem mar, um campo sem flor. Obrigado por serem meu mar, minhas flores e meu único porto seguro.

Geisa, nas palavras de Tom Jobim

Eu sei e você sabe, já que a vida quis assim
Que nada nesse mundo levará você de mim
Eu sei e você sabe que a distância não existe
Que todos os caminhos me encaminham para você
Assim como o oceano
Só é belo com luar
Assim como a canção
Só tem razão se se cantar
Assim como uma nuvem
Só acontece se chover
Assim como o poeta
Só é grande se sofrer
Assim como viver
Sem ter amor não é viver
Não há você sem mim
E eu não existo sem você

Por fim, agradecemos a todas autoridades que se fazem presentes neste momento, certos de que a Justiça Eleitoral mais uma vez foi prestigiada com suas honrosas presenças.

Rogo a Deus que guie nossos passos neste biênio que se aproxima e nos permita trabalhar em prol da democracia e do Estado de Direito porque é isto que devem fazer todos que estão envolvidos com as lides do Poder Judiciário.

Muito obrigado pela fraternal e generosa paciência com que me ouviram.

Marcos Alaor Diniz Grangeia

Desembargador | 2020-2021

Vamos dar início aos trabalhos da Justiça Eleitoral no ano de 2020, esperando que nós tenhamos sucesso na empreitada, ainda que de vez e quando a gente se sintam baleado. É com grande satisfação que eu início esta sessão e esta jornada de trabalho, com a certeza de que aquilo que tentei transmitir no discurso de posse, a gente consiga resolver, consiga concretizar, que é de ter um processo eleitoral justo, permeado pelo contraditório, mas que seja ágil, que seja rápido. Nesta perspectiva que parece absolutamente adequada para o nosso tribunal, que é um tribunal pequeno, que não tem tantos processos, e eu vim desde dezembro, eu e o desembargador Alexandre, trabalhando com várias propostas com as quais nós iremos nos deparar nos próximos dias e nas próximas reuniões que fizermos.

Então, antes de dar início à sessão, quero franquear a palavra a todos para que deixássemos marcado esse início do ano judiciário na justiça eleitoral, e eu ouço com prazer o procurador de justiça.

DISCURSO DE ABERTURA
DO ANO JUDICIÁRIO
2020

DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2021

Marcos Alaor Diniz Grangeia

Desembargador | 2020-2021

Boa tarde a todos!

Membros da Corte.

Senhor Procurador Regional Eleitoral, advogados e estudantes que nos assistem.

Esta sessão destina-se à abertura do Ano Judiciário Eleitoral do ano de 2021 e ao julgamento dos processos constantes da pauta.

Inicialmente, agradeço a Deus pela oportunidade de, num momento tão crítico pelo qual passa a humanidade, estarmos com saúde e no pleno exercício das nossas funções. Especificamente quanto à Justiça Eleitoral em Rondônia não houve registro de perdas de vidas relacionadas à Covid-19 dentre seus membros e servidores em atividade.

A missão da Justiça Eleitoral faz com que sua relação com o cidadão seja muito próxima. Uma voz que se cala pelo Corona vírus ou por outros males nos toca o coração e ao mesmo tempo nos desafia a, tomadas todas as cautelas, para seguir com o nosso trabalho.

Assim fizemos em 2020, numa gestão que iniciou firmando o compromisso de prezar por um processo eleitoral ágil, em harmonia com as garantias constitucionais do contraditório e, conseqüentemente, justo.

Penso que diretriz mais oportuna não poderia ter sido lançada na primeira sessão ordinária, em 27 de janeiro de 2020. Mais que nunca foi necessário implementar ações céleres e seguras, em que, juntamente com a vontade do eleitor, fossem preservadas a saúde e a vida.

Tão logo a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de Covid-19 se tratava de uma pandemia, em consonância com o que foi estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral, uma série de ações emergenciais foram implementadas por este Tribunal.

As unidades atuaram de forma coordenada dando continuidade aos serviços prestados ao público sem com isso colocar em risco a saúde de cidadãos e agentes públicos.

A Corte aprovou com presteza resoluções que promoveram ajustes ao planejamento estratégico e de eleição, como a implantação do trabalho remoto à quase totalidade da força de trabalho.

A adoção de soluções tecnológicas permitiu que os processos seguissem seu curso normal, sem prejuízos às partes e aos procedimentos administrativos. Atos complexos como capacitações de pessoal, sessões de julgamento, audiências, intimação e treinamento de mesários e diplomação de eleitos foram realizados satisfatoriamente e de forma inovadora.

Pela primeira vez os processos de eleição tramitaram integralmente por meio eletrônico, no Pje, no 1º e 2º graus de jurisdição, com destaque para o julgamento de 5.930 requerimentos de registros de candidatos.

Foram distribuídos 418 processos e, 448 foram julgados pela Corte Eleitoral, permanecendo pendentes em 31/12/2020 apenas 107 processos, considerando-se resíduo de estoque de anos anteriores. Cumpriram-se, ainda, as metas nacionais estabelecidas no ano de 2020. A meta 1 cumprida no percentual de 108,14% e a meta 2 em 109,78%.

Todo o suporte foi oferecido aos membros e servidores do tribunal, que receberam informações relativas à prevenção da doença e completa assistência, estendida à família, em caso de contágio.

Sem descurar das medidas de combate à disseminação da Covid-19, outras ações foram implementadas no ano de 2020, a exemplo da recomposição da força de trabalho, com a nomeação de novos servidores, a reforma do Fórum Eleitoral da capital e de algumas Zonas Eleitorais do interior oferecendo ao eleitor uma nova Central de Atendimento e melhores condições de trabalho aos servidores. Mais de 8.000 suportes de tecnologia da informação foram prestados aos usuários internos em trabalho remoto; bem assim, a contratação e distribuição dos insumos, que garantiram segurança à saúde do eleitor e aos demais envolvidos no processo eleitoral.

Realizamos uma eleição municipal totalmente atípica, e com o apoio e expertise de magistrados, membros do ministério público e servidores do primeiro grau de jurisdição obtivemos total êxito. Foi montada uma verdadeira operação de guerra, onde a manifestação livre do eleitor sufragou nas urnas os nomes dos candidatos de sua preferência.

Não nos faltaram em apoio institucional o TSE, o MPF, o MPE, as Polícias federal, Militar, Civil, o Governo Estadual entre tantos colaboradores a quem em nome da Corte agradeço imensamente.

Estes resultados não seriam alcançados sem a participação qualificada servidores do Tribunal que não medem esforço para o sucesso do show da democracia.

Conforme dados disponíveis no sítio eletrônico <https://covid19.sesau.ro.gov.br/Home/Estatistica>, constata-se o êxito das medidas adotadas, pois no dia 14/12/2020, passados 15 dias do segundo turno, o número de casos ativos em Rondônia era de 9.556, de modo que o alarmante número atingido em 19/01/2021 (17.775 casos ativos) não tem correlação com as eleições em si, conforme afirmam os especialistas.

Daremos continuidade ao plano de gestão 2020/2021, demonstrando que as intempéries trazem dificuldades adicionais, mas não são capazes de abalar a produtividade e confiabilidade da Justiça Eleitoral.

Neste sentido, destaco as principais ações contidas nos planejamentos das

unidades, as quais empreenderemos neste ano:

Na área de gestão de pessoas: - Semana de Gestão de Pessoas 2021; - Seminário de Sustentabilidade 2021; - Programa de Desenvolvimento de Líderes – 2021; - Participação do TRE-RO no segundo ciclo do dimensionamento da força de trabalho; - Política de gestão de resíduos sólidos.

Na área judicial: - Cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário; - Revisão do Regimento Interno do Tribunal; - Julgar 100% das prestações de contas de eleição de candidatos eleitos até 12/2/2021 (Resolução TSE n. 23.632/2020); - Julgar 100% das prestações de contas de eleição de candidato não eleitos até 18/12/2021; - Priorizar o julgamento dos recursos em prestações de contas, recursos nas ações que importem cassação de diploma ou mandato eletivo das eleições 2020.

Na área de tecnologia da informação: - Fortalecimento de ações com impactos diretos sobre os índices de governança e planejamento estratégico da unidade, materializados em estudos e planos de ações que viabilizem o aperfeiçoamento constante de demandas e projetos TIC; - projeto de estatísticas e envio de dados ao CNJ – Atena e conclusão da implantação da rede de Wireless.

Na área administrativa: reformas dos fóruns eleitorais de Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Cerejeiras, Ouro Preto do Oeste e Espigão do Oeste e do prédio sede deste Tribunal; Otimização da execução orçamentária; contratação de bens e serviços para combate e prevenção à Covid-19; contratação de empresa especializada na elaboração de projetos de arquitetura e engenharia.

Na área social e cidadania: continuidade das ações do "Projeto Eleitor em Perspectiva" combatendo o processo de desinformação com a disseminação de informações de qualidade sobre a funcionalidade e a segurança do processo eletrônico de votação e cidadania; aperfeiçoamento dos canais de atendimento, especialmente os eletrônicos, com foco na excelência e humanização na prestação dos serviços.

Agradeço o apoio incondicional que recebi do vice-presidente da corte e corregedor geral da justiça eleitoral e dos membros da corte que com sabedoria souberam balizar as decisões administrativas e judiciais proferidas no atípico ano de 2020 e os convido para ombrearmos os esforços neste ano de 2021, no sentido de vencermos os desafios que nos serão impostos e deixamos preparadas as condições primárias das eleições do ano de 2022.

Encerro dizendo em tradução livre parte do poema de Amanda Gorman declamado ontem na posse do Presidente americano Joe Biden que foi inspirado nos motins do Capitólio. Disse a poetisa e socióloga de Harvard: “Mas, embora a democracia possa ser periodicamente adiada Ela nunca poderá ser permanentemente anulada. Nesta verdade, nesta fé nós confiamos”.

Os magistrados, os servidores, os membros do ministério público e os advogados que militam na Justiça Eleitoral possuem fé inabalável na democracia. Que Deus nos ajude a mantê-la e nutri-la com exemplos de cidadania e respeito à constituição.

Dando as boas-vindas a todos ao ano judiciário eleitoral de 2021 agradeço pela paciência e fraternidade com que fui ouvido.

Paulo Kiyochi Mori

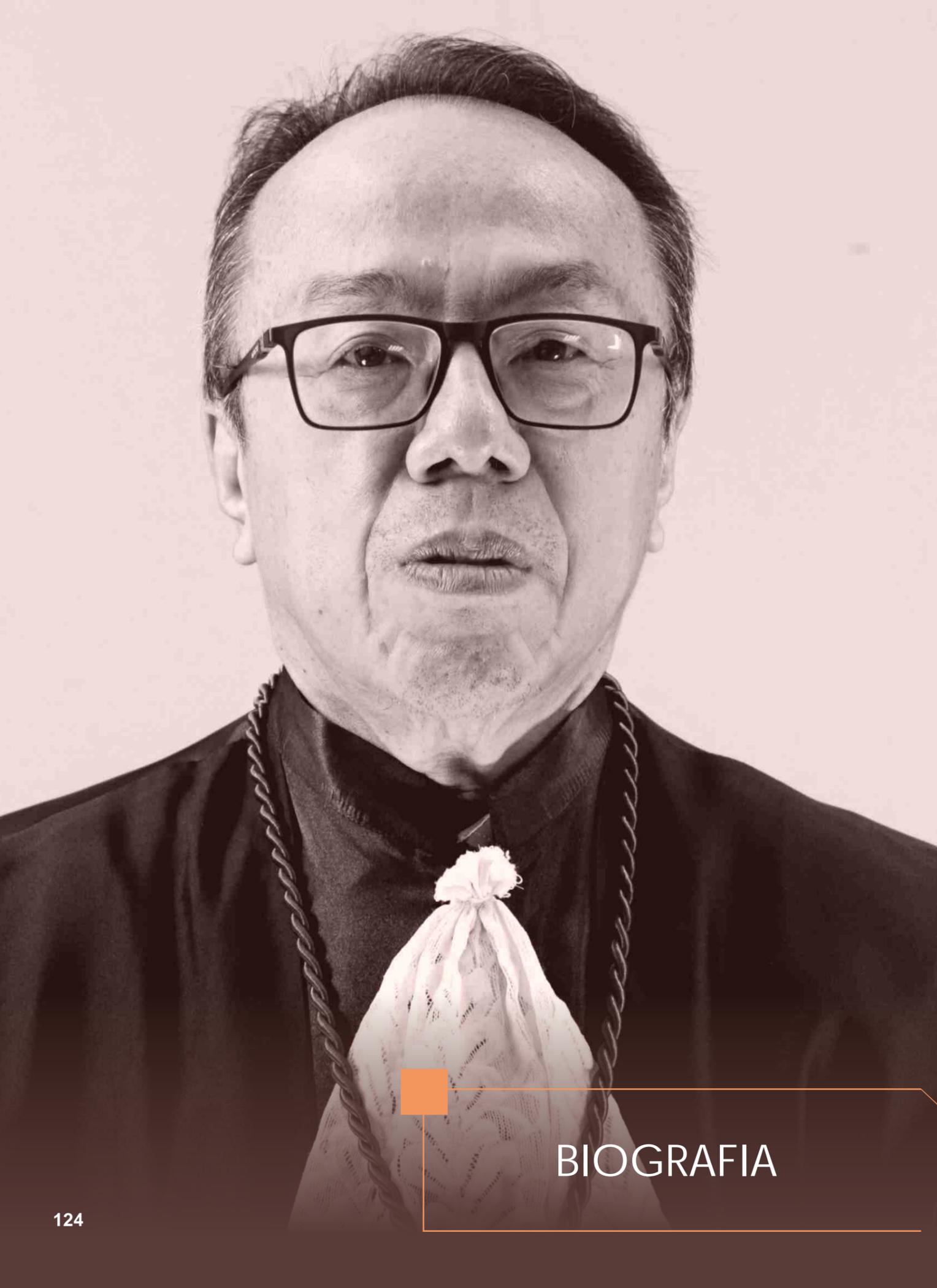
Desembargador | 2022 - 2023

Neto de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil entre 1929 e 1930. PAULO KIYOCHI MORI é o 3º filho do casal Issamu Mori e Hanako Mori, natural de Paranavaí, Paraná. Casado com Nilza Yoshida Mori, com quem teve dois filhos: Paulo Guilherme Koyti Yoshida Mori e Letícia Mitsue Yoshida Mori Barreiros, é avô do pequeno Gael.

Em 1981, aos 23 anos, concluiu sua graduação em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes e no ano seguinte chegou à Rondônia onde inicialmente atuou como advogado, no período de fevereiro de 1982 a março de 1983. A partir de abril de 1983 foi assessor do Des. Dimas Ribeiro da Fonseca, tendo permanecido nesta função até novembro 1986. Em 1986 tomou posse como magistrado do TJ-RO.

Atuou em diversas comarcas do Estado, inicialmente em Colorado do Oeste, seguido dos municípios de Vilhena e Jaru, retornando a Porto Velho em 1992. Foi Diretor do Fórum dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Velho/RO de agosto de 1998 a outubro de 2004. Coordenador da “Operação Justiça rápida” e “Mega Operação Justiça Rápida”, desde sua implantação até o ano de 2004, trabalho relevante que levou atendimento judicial aos distritos de Porto Velho. Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça em 2005. É Presidente do TJ-RO no biênio 2020/2021.

Na Justiça Eleitoral foi Juiz da 8ª Zona Eleitoral (1986-1987), Juiz da 23ª Zona Eleitoral (1995-1997); Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral (1998-2000), Juiz Eleitoral da 24ª Zona Eleitoral (2003-2005), membro substituto da Presidência do TRE, no período de 01/01/2012 a 31/12/2013 e e Corregedor Regional Eleitoral no biênio 2018-2019.



BIOGRAFIA

DISCURSO DE POSSE

Paulo Kiyochi Mori

Desembargador | 2022 - 2023

"Senhoras e Senhores, boa tarde!

"Quem subirá ao monte do Senhor? Quem há de permanecer no seu santo lugar? O que é limpo de mãos e puro de coração, que não entrega a sua alma à vaidade, nem jura enganosamente. Este receberá bênção do Senhor e a justiça de Deus da sua salvação." Salmos 24:3-5:

Sucedo na Presidência desta corte o eminente Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, que, apesar de todas as dificuldades em razão da pandemia, realizou com tranquilidade as eleições municipais e imprimiu na sua gestão a marca da competência, reconhecida em todos os rincões deste país, e o qual poderá dizer ao seu sucessor o verso de Manuel Bandeira: "encontrará lavrado o campo, a casa limpa, a mesa posta, com cada coisa em seu lugar".

Parabéns, Desembargador Marcos Alaor!!!

É com grande satisfação que assumo a presidência do TRE, após a escolha feita pelos eminentes pares juntamente com o Excelentíssimo Desembargador Miguel Monico, na Vice-Presidência e Corregedoria. Tomo posse consciente da missão institucional que é atribuída ao TRE, instituição que deve assumir papel preponderante no enfrentamento das eleições gerais, em 2022.

Este tribunal é destacado pela excelência dos serviços prestados à sociedade, cujos resultados são colhidos a partir do preparo e dedicação com que os servidores e servidoras desempenham suas funções e a missão que lhes é confiada.

Acessibilidade, agilidade, credibilidade e eficiência são características dos funcionários desta Corte Regional, que no dia a dia atuam tendo como aliadas a inovação, a integridade e a segurança jurídica.

Somos um tribunal cuja sustentabilidade e a transparência estão integradas no cotidiano. Mais que uma boa prática, é como o trabalho é visto e é como deve ser feito.

Esses atributos que parecem evidentes só se destacam porque recebemos uma instituição equilibrada e ajustada, em uma transição tranquila e moderna, da qual honrosamente faço parte.

Nas pessoas dos Desembargadores Marcos Alaor Diniz Grangeia e Alexandre Miguel, parabênizo a todos os demais magistrados e magistradas eleitorais, servidores e servidoras que elevaram, ainda mais, neste biênio, a qualidade do serviço jurisdicional eleitoral.

Este tribunal é uma referência para a Justiça no Estado de Rondônia e para toda a Justiça Eleitoral.

Meu reconhecimento a todos que atuam nesta jurisdição, que fizeram de sua condição de servidores do público, uma missão, a missão de realizar a Justiça Eleitoral e a missão que vem sendo cumprida com galhardia!

E outras missões virão. Se avizinham as eleições gerais de 2022, desafio que será de todos nós, de toda a sociedade brasileira, que irá às urnas para exercer a cidadania e realizar a democracia em sua plenitude. Contudo, o desafio não será maior do que a capacidade para enfrentá-lo.

O TRE de Rondônia estará à disposição da sociedade, dos partidos políticos, dos candidatos, mas, acima de tudo, estaremos à disposição do eleitor e da eleitora, que são os atores principais neste processo eleitoral.

Os cidadãos confiam na Justiça Eleitoral, pois somos o esteio sólido pelo qual passa o processo de escolha de seus representantes.

Somos uma garantia ao exercício da democracia, cujo ápice são as eleições. Estaremos em todas as localidades onde há eleitores inscritos.

Nossos servidores, nossos voluntários, órgãos parceiros, os juízes eleitorais de todas as comarcas, todos nós estaremos irmanados para realizar as eleições em Rondônia, com a eficiência e qualidade que já são rotineiras.

Para a realização das eleições, o nosso principal cliente é o eleitor, e é a esse cidadão que procuraremos dar condições legítimas para o exercício da cidadania.

Quando assumi a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, demonstrei grande preocupação com o acesso à justiça.

O Estado de Rondônia com grandes dimensões territoriais, possui 24 comarcas, 52 municípios, e 29 ZE, sendo: 4 na capital e 25 no interior. Além de 3 postos de atendimento, situados: 1 na capital e 2 nos Municípios de Chupinguaia e Seringueiras.

Buscarei firmar parcerias com os demais municípios para a instalação de postos de atendimento.

Cito como exemplo a Ponta do Abunã, cujo Distrito de Extrema localiza-se há mais de 300km de Porto Velho.

Ora é inaceitável que o cidadão tenha que se deslocar para tão longe buscando resolver uma questão eleitoral, quando em muitas ocasiões não tem dinheiro para o mesmo, quiçá para o pernoite.

A garantia do acesso à justiça é a primeira expressão dessa responsabilidade. A universalização desse acesso significa a dignidade dos homens, eis que providos de clamores, esperanças e demandas.

Enfim, Senhores, este é um momento de alegria e celebração pelo início de uma nova caminhada em minha carreira, que iniciei como Juiz Eleitoral na comarca de Colorado do Oeste em 28.11.86. Portanto, nesse próximo domingo, passo a contar com 35 anos de magistratura.

Assumi, ainda, a jurisdição da Zona Eleitoral de Vilhena e de Porto Velho. Junto ao TRE atuei na classe dos juízes e no biênio 2018/2019, como Vice-Presidente e Corregedor.

É um momento de união de forças e de renovação para o exercício de nosso desiderato e para tanto conto com os apoios de todos, membros desta corte, magistrados, servidores, Ministério Público, procuradores, defensores, advogados, cidadãos e a sociedade como um todo.

Agradeço à minha esposa Nilza Yoshida Mori, aos meus filhos Paulo Guilherme Koyti Yoshida Mori e Leticia M. Yoshida Mori Barreiros, ao genro Pedro Américo Barreiros Silva, pelo apoio e incentivo constante. E àquele que, apesar de tão pequeno e com apenas 2 anos, é a luz constante na minha vida, Gael Kiyochi Mori Barreiros, meu neto.

E a Deus pela oportunidade de poder estar com saúde e disposição para

mais essa jornada.

E neste momento encerro minha fala com um trecho do poema "a coragem", de Olavo Bilac:

"Não tem medo quem caminha com a consciência tranquila, quem o inimigo aniquila com a força da razão! Não abuses da bravura; não afrontes o inimigo; não procures o perigo; prega o amor! E prega a paz!"

Conto com o apoio de todos, desejando-os um excelente natal, com próspero ano novo, repleto de realizações e que o Senhor nos acompanhe.

Muito obrigado!"



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA